UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TECNOLOGO EM TURISMO COMUNITÁRIO

FORTALEZA-CE
2025

REITOR
Prof. M.[e] Hidelbrando dos Santos Soares

VICE-REITOR
Prof. Dr. Dárcio Ítalo Alves Teixeira

PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO
Prof[ª]. Dr[ª]. Maria José Camelo Maciel (Mazza)

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Prof[ª]. Dr[ª] Ana Paula Ribeiro Rodrigues

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO
Prof. Dr. Fernando Antônio Alves dos Santos

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO
Prof[ª]. Dr[ª] Maria Anezilany Gomes do Nascimento

PRÓ-REITORA DE POLÍTICAS ESTUDANTIS
Prof.[ª] Dr.[ª] Mônica Duarte Cavaignac

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO
Prof. Dr. Paolo Giuseppe Lima de Araújo

DIRETOR DO CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS – CESA

Prof. Dr. José Joaquim Neto Cisne

VICE-DIRETOR DO CESA

Prof. Dr. Paolo Giuseppe

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

Prof. Dr. Francisco Laercio Pereira Braga

Prof.ª Dr.ª Maione Rocha de Castro Cardoso

Prof.ª Dr.ª Thiciane Mary Carvalho Teixeira

SUMÁRIO

Sumário

1 INFORMAÇÕES GERAIS 5

2 APRESENTAÇÃO 6

3 HISTÓRICO 9

4 JUSTIFICATIVA 10

5 OBJETIVOS 12

5.1 Geral 12

5.2 Específicos 13

6 CONCEPÇÕES E PRINCÍPIOS NORTEADORES 13

7 ÁREA DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL 15

Quadro 1 - Premissas da UNESCO 16

8 PERFIL DO EGRESSO 16

9 CORPO FUNCIONAL 17

9.1 Corpo Docente 17

9.2 Coordenação do Curso 21

9.3 Coordenador de Tutoria: 22

9.4 Corpo Técnico Administrativo 23

10 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR 24

10.1 Princípios orientadores do currículo 24

10.2 Pré-requisitos para ingresso 25

10.3 Eixos do currículo e integração curricular 26

11 FLUXO CURRICULAR 27

Quadro 2 – Fluxo Curricular 27

Quadro 3: Disciplinas Optativas 28

Quadro 4: Resumo da Carga-Horaria 28

12 PLANO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO 29

13 PLANO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) 29

Quadro 5: Trabalho de Conclusão de Curso 29

14 PLANO DE CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO 30

15 PLANO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DO ALUNO 31

Quadro 6: Avaliação do Rendimento Escolar 31
16 PLANO DE AVALIAÇÃO/AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO 32
17 EMENTA DAS DISCIPLINAS 32
18 PLANO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS DOCENTES 51
19 PLANO DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS 52
20 PROGRAMAS DE BOLSA E APOIO DISCENTE 52
20.1 Grupos, Linhas e Projetos de Pesquisa 52
20.2 Projetos de Extensão 52
21 CONVÊNIOS, COOPERAÇÃO E MOBILIDADE ACADÊMICA 53
22 ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA 53
23 INFRAESTRUTURA DO CURSO 55
23.1 Estrutura Física 56
23.2 Encontros presenciais 56
23.3 Laboratórios de ensino e de pesquisa e Equipamentos 57
23.4 Recursos e Materiais de Apoio Administrativo-Didático-Pedagógico 58
24 ACERVO BIBLIOGRÁFICO 58
Quadro 7: Livro disponível Educapes 58
25 REFERÊNCIAS 67

1 INFORMAÇÕES GERAIS

1) **DENOMINAÇÃO DO CURSO: TECNÓLOGO EM TURISMO COMUNITÁRIO**
2) Modalidade: EaD
3) Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e o Sistema de Análise de Processos - SAP, por meio do processo:

88881.972342/2024-01, programa da CAPES: UAB - Universidade Aberta do Brasil, seguindo o Edital UAB 2024-2026.

4) Número de recredenciamento EaD e validade: Portaria 344 de 9 de abril de 2018, com credenciamento válido por 8 anos (até 10 de abril de 2026).

5) Proponente: Universidade Estadual do Ceará – UECE

6) Número de vagas: Serão ofertadas 150 vagas, distribuídas 30 vagas para cada polo, conforme editais públicos.

7) GRAU: TECNÓLOGO

8) Localização/Endereço: POLOS: AQUIRAZ, AMONTADA, ARACATI, BEBERIBE, CAMOCIM.

9) Carga Horária Total e Número De Créditos: 1.734 Horas/102 créditos

10) Tempo Integralização Curricular: 2, 5 Anos

11) Tempo máximo de integralização: 4 anos

12) Resolução do Conselho Universitário de criação do curso:

13) Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão de aprovação do novo PPC:

14) Formas de ingresso: VESTIBULAR ESPECÍFICO

15) Número de vagas para acesso: 150

16) Número de vagas por turno: 150

17) Número de alunos por turma: 30 para cada polo

18) Organização do ano letivo: semestral

19) Sistema de oferta: Créditos com matrícula semestral, sendo 1 crédito equivalente à 17h.

2 APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico do Curso **Tecnólogo em Turismo Comunitário** foi concebido com o propósito de formar profissionais capacitados, prioritariamente povos tradicionais, para fomentar e gerir atividades turísticas em RESEX que promovam o desenvolvimento sustentável no litoral Cearense. O turismo comunitário é entendido como uma ferramenta estratégica para fortalecer social e economicamente os povos e comunidades tradicionais do Ceará, ao estimular o associativismo, a cooperação comunitária e a complementaridade com outras atividades econômicas já existentes e ainda aproveitando as potencialidades locais como a diversidade cultural e ambiental.

Este modelo de turismo prioriza a valorização cultural, a afirmação da identidade local e a preservação ambiental, contribuindo para a consolidação de um desenvolvimento equilibrado e sustentável. Além disso, o turismo comunitário possui um significativo potencial para impulsionar o desenvolvimento local, gerando emprego e renda nas localidades em que é implementado. Nesse contexto, a educação é reconhecida como o principal motor para a transformação e o progresso, possibilitando a formação de profissionais comprometidos com a inclusão social e o fortalecimento das comunidades tradicionais.

O presente Projeto Pedagógico do **Curso Tecnólogo em Turismo Comunitário** atende ao disposto na Lei de Diretrizes e as Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, a Resolução nº 01/2021 CNE/CP, Decreto nº 9.057/2017 MEC, 4ª edição do

Catálogo Nacional dos Cursos Superior de Tecnologias, diretrizes, normas, portarias e documentos institucionais, que fundamentam e norteiam o projeto pedagógico.

O Curso Tecnólogo em Turismo Comunitário será na modalidade EaD, tem carga horária 1734 horas, distribuídas em 5 semestres, como o tempo de integralização mínimo de 2,5 anos e máximo 4 anos.

Neste PPC, define-se os princípios, os objetivos do curso, o perfil do egresso, os conteúdos curriculares, as competências e habilidades a serem desenvolvidas pelo aluno, bem como, a sistemática de avaliação, ações de extensão, prática profissional e o trabalho de conclusão de curso - TCC.

Também, priorizou-se uma estrutura curricular com base no perfil profissional, considerando-se a área de trabalho e a atuação deste, além de apresentar flexibilidade, com busca na interdisciplinaridade e na produção de conhecimento de tecnólogo, colocando o aluno frente a situações de aprendizagem que possibilitam o exercício contínuo e articulado com os saberes necessários para a ação e para a solução de questões inerentes à natureza da ocupação.

Na construção deste projeto, buscou-se uma visão mais crítica e embasada do mundo do trabalho e das múltiplas possibilidades na atuação do Tecnólogo em Turismo Comunitário, tendo muito a contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades receptoras, formando profissionais com o foco na geração de oportunidades e benefícios reais para essas comunidades

Abaixo, a lista de regulamentos e normativas gerais Nacionais, Estaduais e Institucionais, com seus respectivos links de acesso:

1- Resolução CNE/CES nº 1, de 11 de março de 2016 que estabelece as Diretrizes e Normas Nacionais para a oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=35541-res-cne-ces-001-14032016-pdf&category_slug=marco-2016-pdf&Itemid=30192

2. Resolução CNE/CES nº 07, de 18 de dezembro de 2018, que trata da curricularização da extensão.
https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf

3. Resolução CEE nº 495 de 22 de dezembro de 2021. Dispõe sobre regulação, avaliação e supervisão de IES.
https://www.cee.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/49/2018/06/RESOLUCAO-No-495-2021-ENSINO-SUPERIOR.pdf

4. Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006 que dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB.
https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/23-11-2017-decreto-n-5800-uab-pdf

Normativos Institucionais da UECE:

1. PDI/PPI UECE 2022/2026. Plano de Desenvolvimento Institucional e Projeto Pedagógico Institucional da UECE. https://www.uece.br/wp-content/uploads/2023/01/PDI-PPI-como-anexo-1.pdf
2. Resolução CEPE nº 4726, de 10 de junho de 2022 que estabelece critérios para oferta de carga horária na modalidade de educação a distância - EaD em cursos

de graduação de oferta presencial e dá outras providências. https://www.uece.br/wp-content/uploads/2022/06/RES-4726-CEPE.pdf

3. Resolução n° 1710/2021, de 14 de outubro de 2021 – CONSU. Cria o Núcleo de Apoio à Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência Transtornos Globais do Desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e Mobilidade Reduzida – NAAI. https://www.uece.br/wp-content/uploads/2021/11/RES-1710-CONSU.pdf
4. Resolução nº 1682/2021 - CONSU, de 14 de junho de 2021. Cria o Escritório de Cooperação Internacional ECInt da UECE e aprova seu regimento. https://www.uece.br/wp-content/uploads/2021/06/RES-1682-CONSU.pdf
5. Resolução nº 4624/2021 - CEPE, de 07 de maio de 2021. Dispõe sobre o aproveitamento de estudos dos que ingressam nos cursos de graduação da UECE mediante vestibular, mudança de curso, transferência ou como graduado. https://www.uece.br/wp-content/uploads/2021/06/RES-4624-CEPE.pdf
6. Resolução nº 4616/2021 - CEPE, de 08 de março de 2021. Aprova a matriz de setores de Estudos dos cursos de graduação da UECE. https://www.uece.br/wp-content/uploads/2021/04/RES-4616-CEPE.pdf
7. Resolução nº 4476/2019 - CEPE, de 11 de novembro de 2019. Estabelece os procedimentos pedagógicos e administrativos para a inserção curricular das ações de extensão universitária nos cursos de graduação da Universidade Estadual do Ceará (UECE). https://www.uece.br/wp-content/uploads/2019/12/RES-4476-CEPE.pdf
8. Resolução nº 4441/2019 - CEPE, de 05 de agosto de 2019. Regulamenta Estágios obrigatórios e não obrigatórios. https://www.uece.br/wp-content/uploads/2019/08/RES-4441-CEPE.pdf
9. Resolução nº 4363/2019 - CEPE, de 04 de fevereiro de 2019. Dispõe sobre aproveitamento de estudos, aproveitamento da experiência do projeto de Residência Pedagógica no âmbito dos Estágios Supervisionados e Trabalhos de Conclusão de Cursos (TCC). https://www.uece.br/wp-content/uploads/2023/09/RES-4363-CEPE.pdf
10. Resolução nº 1415/2018 - CONSU, de 07 de maio de 2018. Institui a Política de Internacionalização da UECE. https://www.uece.br/wp-content/uploads/2019/04/RES-1415-CONSU.pdf
11. Resolução nº 1483/2019 - CONSU, de 06 de maio de 2019. Baixa normas para a elaboração do Plano de Afastamento de Docente para a realização de Pós-Graduação e Pós-Doutorado - PAPGPD. https://www.uece.br/wp-content/uploads/2019/05/RES-1483-CONSU.pdf
12. Resolução nº 4309/2018 - CEPE, de 08 de outubro de 2018. Institui normas para o desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso – TCC, nos cursos de graduação ofertados pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). https://www.uece.br/wp-content/uploads/2019/04/RES-4309-CEPE.pdf
13. Resolução nº 3908/2015 - CEPE, de 23 de outubro de 2015. Institui o componente curricular “Estudos em mobilidade” para todos os projetos pedagógicos do curso de graduação da Universidade Estadual do Ceará – UECE. https://www.uece.br/ecint/wp-content/uploads/sites/67/2021/07/RES-3908-CEPE.pdf-Mobilidade_UECE_curr%C3%ADculo.-.pdf
14. Resolução nº 3907/2015 - CEPE, de 23 de outubro de 2015. Institui e regulamenta a mobilidade e o intercâmbio nacional e internacional dos discentes de graduação da Universidade Estadual do Ceará - UECE e dá outras providências. https://www.uece.br/wp-content/uploads/2019/05/RES-3907-CEPE.pdf

15. Resolução nº 936/2013 - CONSU, de 18 de fevereiro de 2013. Regulamenta os prazos máximos para integralização dos cursos de graduação presenciais da UECE e cria o PRADIS. https://www.uece.br/wp-content/uploads/2019/06/RES-936-CONSU.pdf
16. Resolução nº 443/2011 – CD, de 28 de dezembro de 2011. Cria a Secretaria de Apoio às Tecnologias Educacionais – SATE, aprova seu regimento e dá outras providências.https://www.uece.br/satewp/wp-content/uploads/sites/58/2021/02/resolucao_sate443_2011.pdf

3 HISTÓRICO

A criação do novo CURSO TECNÓLOGO DE TURISMO COMUNITÁRIO é uma construção participativa junto as comunidades localizadas em reservas extrativistas costeiras e marinha no estado do Ceará. Assim, foram realizadas três viagens às comunidades tradicionais costeiras do Ceará, a saber: Prainha do Canto Verde (Beberibe), Batoque e Aldeia Jenipapo-Kanindé (Aquiraz); Caetanos de Cima (Amontada), Tatajuba, Mangue Seco (Camocim), Tremembé, Barrinha e Ponta Grossa (Icapuí), Cumbe e Estevam (Aracati) e Jardim (Fortim). Além dessas visitas, dois seminários foram promovidos. O primeiro ocorreu no Maranhão, com a participação de representantes institucionais do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar) e da Universidade Estadual do Ceará (UECE). O segundo seminário foi realizado em Brasília, reunindo todos os representantes, ocasião em que foram apresentados os Projetos Pedagógicos dos Cursos e discutidas novas sugestões de adaptações aos projetos.

Durante o Seminário de Educação Diferenciada em Maretórios e territórios de povos e comunidades tradicionais, realizado em Brasília, em dezembro de 2024, as propostas dos projetos pedagógicos dos aprovados no edital 25/2023 da Universidade Aberta do Brasil -CAPES foram apresentados aos representantes das comunidades tradicionais e aos membros da CONFREM - Comissão Nacional de fortalecimento das reservas Extrativistas costeiras e marinhas. Os representantes das Comunidades Tradicionais de Sergipe, Bahia, Ceará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, entre eles os indígenas Funkaxós, Povos de Terrestrios, Pescadores, Marisqueiras, Mangabeiras e Quilombolas participaram ativamente na construção das propostas de cursos, compartilhando muitas experiências e trocas de saberes, alicerçando o reconhecimento do Notório Saber dos Mestres e Mestras das Culturas Populares e Tradicionais, com vistas a ensinarem seus saberes nas formações e cursos.

Os Membros das comunidades dos estados e biomas brasileiros entendem a importância do debate sobre a emergência climática e os desafios da transformação ecológica, com ênfase nos processos de transição energética no país, que exige a mais ampla mobilização e envolvimento da sociedade brasileira, em igualdade de condições e de forma permanente. Incluindo na matriz curricular do curso em turismo comunitário os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que abrangem questões de desenvolvimento social e econômico, incluindo: pobreza, fome, saúde, educação, aquecimento global, igualdade de gênero, água, saneamento, energia, urbanização, meio ambiente e justiça social. Com destaque os aspectos: ambiental, social e econômico do desenvolvimento sustentável, estando a sustentabilidade e a preservação cultural no núcleo da conceituação.

A Universidade Estadual do Ceará, representada pelos professores Dra. Thiciane Mary Carvalho Teixeira, Dra. Maione Rocha de Castro Cardoso e Dr. Francisco Laercio Braga, do curso de Administração, participou do projeto piloto de elaboração do novo curso superior, com grau de tecnólogo utilizando na sua concepção a Educação diferenciada, para atender às necessidades das comunidades tradicionais e com autonomia na gestão administrativa, política e pedagógica. O Projeto pedagógico do curso em Turismo Comunitário tem como desafio adequar métodos, técnicas e materiais às necessidades dos alunos, respeitando seu ritmo de aprendizagem, sensível ao diferente capital cultural de procedência familiar e social que os alunos carregam no seu dia-a-dia para a escola.

A criação do novo curso tecnólogo de turismo comunitária foi uma construção participativa junto as comunidades, por meio de oficinas e contribuições escritas, localizadas em reservas extrativistas costeiras e marinha no estado do Ceará. A Universidade Estadual do Ceará será a Instituição de Educação Superior – IES que elaborará, junto a comunidade, o Projeto Pedagógico do Curso e administrará a execução do curso junto à Universidade Aberta do Brasil (UAB) que viabilizará economicamente a realização do curso nas comunidades.

A Universidade Estadual do Ceará será a Instituição de Educação Superior – IES que elaborará, junto à comunidade, o Projeto Pedagógico do Curso e administrará a execução do curso junto à Universidade Aberta do Brasil (UAB) que viabilizará economicamente a realização do curso nas comunidades.

A Universidade Aberta do Brasil – UAB surgiu como uma iniciativa do MEC visando à inclusão social e educacional por meio da oferta de educação superior na modalidade à distância, possibilitando a democratização, expansão e interiorização do ensino superior público e gratuito no país, com o apoio da educação à distância e a incorporação de novas metodologias de ensino, especialmente o uso das tecnologias digitais.

4 JUSTIFICATIVA

A demanda pelo curso de turismo comunitário com grau tecnólogo emergiu das conquistas e articulações da comissão nacional de fortalecimento das reservas, povos e comunidades tradicionais extrativistas costeiros e marinhos – CONFREM BRASIL, que participou ativamente durante seu planejamento, acompanhando a criação do curso de turismo comunitário da Universidade Aberta do Brasil -CAPES, apoiando a busca de condições para seu funcionamento, bem como articulando com pontos focais em cada região, mobilizando a comunidade.

Um dos pilares que justificam o **Curso Tecnólogo em Turismo Comunitário** é que o turismo comunitário emerge como uma alternativa sustentável que valoriza os modos de vida das populações tradicionais costeiros, promovendo seu protagonismo frente às dinâmicas da sociedade. Assim, diferente do turismo de massa e tradicional, o turismo comunitário adota uma abordagem centrada em ganhos coletivos, contribuindo para a melhoria das condições econômicas das comunidades locais. Ao integrar costumes e tradições locais nas práticas turísticas, preserva-se o patrimônio cultural enquanto se criam oportunidades de emprego e se fortalecem negócios locais, como micro e pequenos estabelecimentos comerciais. Nesse contexto, as comunidades desempenham papel central no turismo comunitário, assumindo a liderança no planejamento e na gestão das atividades

turísticas, garantindo que os benefícios econômicos, sociais e culturais sejam amplamente distribuídos.

A oferta de um curso de grau tecnológico voltado às comunidades tradicionais, situadas no litoral leste e oeste cearense, é essencial para atender às demandas sociais, educacionais e do mercado de trabalho dessas regiões. Dessa maneira, trata-se de uma iniciativa que visa formar profissionais qualificados para atuar em setores estratégicos, considerando as particularidades econômicas, culturais e ambientais locais. Essa formação proposta é necessária diante dos desafios enfrentados pelas comunidades, como a necessidade de fortalecimento das cadeias produtivas regionais, a ampliação de oportunidades de emprego e a valorização da identidade local. Ademias, o curso contribuirá para a promoção do desenvolvimento sustentável, alinhado às potencialidades das regiões cearenses e às políticas públicas que visam a inclusão social e a geração de renda. Assim, esse **Curso Tecnólogo em Turismo Comunitário** contribuirá para a transformação socioeconômica dos litorais leste e oeste do estado do Ceará, consolidando a conexão entre educação, trabalho e desenvolvimento regional, e garantindo um impacto positivo para a sociedade em diferentes níveis.

O Curso de **Tecnólogo em Turismo Comunitário** atende as Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental por meio das propostas de inclusão dos conteúdos de: Gestão Socioambiental e Sustentabilidade, Gestão de Recursos Naturais e geobiodiversidade, Sustentabilidade e qualidade em serviços turísticos, Noções de gestão de empreendedorismo comunitário, Cultura e identidade dos povos e comunidades tradicionais e Turismo cultural e valorização do Patrimônio Imaterial. As temáticas são postas em disciplinas e estimulam o desenvolvimento de valores sociais, habilidades e atitudes nos discentes (RESOLUÇÃO CNE Nº02/2012, ARTIGOS 3º, 4º, 5º).

Neste sentido, as disciplinas atendem as orientações da Resolução CNE/CP nº02/2012, de 15 de junho de 2012, em âmbito geral e de forma específica a citar no Artigo 10 que traz o texto: “Art. 10. As instituições de Educação Superior devem promover sua gestão e suas ações de ensino, pesquisa e extensão orientadas pelos princípios e objetivos da Educação Ambiental”.

No Curso **Tecnólogo em Turismo Comunitário** é possível identificar o cumprimento das Diretrizes para a Educação e Direitos Humanos tanto em suas disciplinas quanto nas ações de curricularização da extensão conforme preceitua em pontos da Resolução 01/2012 o qual destaca-se o Artigo 7º.

> Art. 7º A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior poderá ocorrer das seguintes formas: I - pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente; II - como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar; III - de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade (RESOLUÇÃO CNE/CP n. 01/2012, de 30 de maio de 2012).

Outra identificação que o Curso de **Tecnólogo em Turismo Comunitário** cumpre as Diretrizes para a Educação e Direitos Humanos, sendo evidente em disciplinas de Cultura Alimentar em Comunidades Tradicionais, História dos movimentos sociais da

zona costeira do Ceará, Ética e Direitos Humanos, Participação social na gestão do Turismo Comunitário, conforme há identificação com o Artigo 4º.

> Art. 4º A Educação em Direitos Humanos como processo sistemático e multidimensional, orientador da formação integral dos sujeitos de direitos, articula-se às seguintes dimensões: I - apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local; II - afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade; III - formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, cultural e político; IV - desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; e V - fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das diferentes formas de violação de direitos.

Além desses, o Curso de **Tecnólogo em Turismo Comunitário** oferta os conteúdos em Comunicação popular e Marketing para Turismo Comunitário e Cultura e Identidade dos Povos e Comunidades Tradicionais diante da importância para embasar a formação voltada aos direitos humanos e justiça dos povos.

> § 3º No que se refere à educação superior, sem prejuízo de outras ações, o atendimento aos povos indígenas efetivar-se-á, nas universidades públicas e privadas, mediante a oferta de ensino e de assistência estudantil, assim como de estímulo à pesquisa e desenvolvimento de programas especiais.” (NR)

O conteúdo das disciplinas: Gestão sustentável de Eventos e Festivais em comunidades tradicionais, Economia criativa e solidária em comunidades tradicionais, Gestão de Qualidade em Serviços Turísticos é fundamental para o estudante, pois proporciona uma compreensão aprofundada sobre a gestão. Essas disciplinas são essenciais para o desenvolvimento de atuações eficazes na vida econômica e social e, também, na administração pública.

5 OBJETIVOS

O Curso Tecnólogo em Turismo Comunitário tem como objetivo ofertar formação profissional na modalidade a distância, no âmbito do Sistema UAB, para potencializar o Turismo Comunitário, que é o turismo de experiência, preservando a realidade local, mediando as teorias e os conceitos aos saberes e conhecimentos das comunidades localizadas em reservas extrativistas costeiras e marinha no estado do Ceará.

5.1 Geral

Capacitar os egressos para o exercício da profissão em Turismo Comunitário, compreendendo as questões relacionadas ao fenômeno turístico no âmbito técnico,

econômico, social, cultural e ambiental, para assim atuarem no planejamento e na organização de produtos e serviços turísticos, considerando as demandas do Turismo Comunitário.

5.2 Específicos

1. Promover o desenvolvimento local e regional de forma sustentável e com responsabilidade socioambiental;

2. Formar profissionais capazes de reconhecer o Turismo Comunitário enquanto fenômeno social e a importância da preservação patrimonial e dos recursos naturais e culturais de destinos turísticos potenciais e dos destinos já estabelecidos;

3. Orientar para a importância da formação continuada como condição fundamental na atualidade, marcada pelo desenvolvimento de novas formas de comunicação, linguagem e sociabilidade e pelas transformações socioambientais;

4. Incentivar a implementação de modelos de gestão inovadores voltados para inclusão social e para a geração de emprego e renda;

5. Motivar o afloramento de novas ideias de forma que o egresso possa tomar consciência da dinâmica do processo e do funcionamento sistêmico do Turismo Comunitário no qual encontra-se inserido, possibilitando manifestar sua capacidade de liderança e de tomada de decisões;

6. Desenvolver atividades que promovam a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão, gerando condições que permitam ao recém-graduado ingressar com diversificada experiência acadêmica na área profissional, bem como nos programas de pós-graduação;

7. Proporcionar a capacidade de trabalho do futuro profissional, aperfeiçoando sua comunicação oral e escrita.

8. Promover a valorização do patrimônio histórico-ambiental, levando em conta as peculiaridades políticas, geográficas e sociais.

6 CONCEPÇÕES E PRINCÍPIOS NORTEADORES

A concepção pedagógica do Curso Tecnólogo em Turismo Comunitário busca o desenvolvimento de habilidades e competências do profissional a ser formado. A estrutura utiliza um desenho metodológico interdisciplinar, prevendo uma organização que prioriza os espaços de discussões e vivências conjuntas das diferentes áreas de formação envolvida, contemplando os saberes dos mestres, os saberes científicos, filosóficos, artísticos, além dos conhecimentos tradicionais associados. Contempla os conteúdos específicos e gerais, na forma teórica e prática, também disciplinas optativas e ações de extensão. Em especial, busca a abordagem das particularidades regionais em conteúdos e vivências.

Assim, procurou-se buscar um currículo que atenda às necessidades do espaço social, tanto do ponto de vista do egresso no curso, quanto do entorno social

envolvido. Com base no cadastramento de famílias, realizado pelo ICMBio, entre 2013 a 2015, as regiões Norte e Nordeste são as que detêm o maior número de populações tradicionais, representando juntas cerca de 98% da presença destes povos nas unidades de conservação federais.

No Decreto nº 6.040, de 2007 que Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, traz como objetivo V - garantir e valorizar as formas tradicionais de educação e fortalecer processos dialógicos como contribuição ao desenvolvimento próprio de cada povo e comunidade, garantindo a participação e controle social tanto nos processos de formação educativos formais quanto não-formais.

Os povos e comunidades tradicionais cujo seus territórios foram criados em unidades de conservação, trazem a pauta da educação diferenciada em todos seus documentos, indicando como uma necessidade para os territórios. Pleiteiam uma educação de qualidade que dialogue com seus saberes, com sua cultura e tradição e que faça sentido para seus territórios, que possam incluir a sabedoria dos mestres e mestras e que possam ser implementadas respeitando seu tempo no território e maretório, na perspectiva da pedagogia da alternância, tendo como desafios ser uma:

- Experiência inovadora da Universidade Aberta do Brasil junto a Resex do Médio Juruá na formação de professores, voltada para o contexto do território;
- Oportunidade de enraizar a interiorização da educação superior nos territórios das Unidades de Conservação (UCs), por meio da Universidade Aberta do Brasil, com um programa diferenciado para povos e comunidades tradicionais - guardiões do biodiversidade;
- Articulação com uma rede de IES, Movimentos Sociais (CONFREM, CNS, MIQCB - CONAREX), Gestão das UCs sobre a oportunidade dessa agenda com a CAPES.

A dinâmica da proposta curricular do Curso está alicerçada nos seguintes princípios norteadores:

1. **Autonomia:** significa uma autonomia intelectual: Capacidade de pensar e tomar decisões por si, numa perspectiva onde a ação-reflexão estimule uma atitude crítica que possibilitem uma resignificação ontológica.

2. **Historicidade:** compreensão da memória e da história como um mecanismo interligado, em rede, parte integrante dos processos sociais caracterizados pela impermanência e mutabilidade no qual o turismo comunitário está inserida.

3. **Diversidade:** alicerçada na tese de que o conhecimento é múltiplo - possuindo variados enfoques teórico-metodológicos, não é neutro e deve contemplar a pluralidade étnica, cultural e social regional;

4. **Interdisciplinaridade:** concebida como um conhecimento global, total, complexo em rede e não fragmentado. Fundada na proposta de integralização dos conteúdos das disciplinas teóricas e práticas mediante a proposta de conceitos e problemas em torno dos quais se constituirá uma atitude reflexiva interdisciplinar para sua consecução.

5. **Criatividade:** ação que permite a inventividade, a renovação de meios e de articulações inovadoras.

6. **Curiosidade:** como princípio para a produção do conhecimento, como capacidade de engendrar novos meios para a atuação profissional, para a propositura de novas técnicas e para a manutenção da latência do espírito investigatório.

7 ÁREA DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL

O Tecnólogo em Turismo Comunitário estará qualificado para atuar no setor turístico, promovendo o desenvolvimento de atividades turísticas sustentáveis lideradas por comunidades locais. Sua formação o capacitará a empreender negócios que priorizem a preservação ambiental, a valorização do patrimônio natural e cultural da região, bem como a geração de emprego e renda, contribuindo para o fortalecimento socioeconômico das comunidades onde estiver inserido.

A atuação profissional do tecnólogo em Turismo Comunitário terá foco em estimular a elaboração de planos, programas e projetos turísticos de acordo com a realidade da comunidade, em incentivar o empreendedorismo nos diversos segmentos da atividade de turismo comunitário e propiciar a compreensão e a avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais na atividade turística.

O curso **Tecnólogo em Turismo Comunitário** fomentará o entendimento da cadeia produtiva do turismo local, potencializando a oferta e gestão dos serviços turísticos, relacionados à: alojamento, alimentação e diversão, além de políticas públicas para garantir o desenvolvimento local com proteção da cultura e das reservas extrativistas costeiras e marinha.

A Legislação profissional está de acordo com a Resolução Normativa CFA nº 505, de 11 de maio de 2017. Dispõe sobre o registro no Conselho Regional de Administração, dos diplomados em Cursos Superiores de Tecnologia conexos à ciência da Administração. A Resolução CNE/CP nº 01/2021 prevê certificações intermediárias a critério das instituições de ensino, a partir da conclusão de etapas com terminalidade dentro do curso, as quais tenham relação com uma ocupação no mundo do trabalho, mas não se enquadra nessa instituição. Destaca-se que não se pode emitir um diploma de curso técnico como certificação intermediária de um curso superior. As diferenças de níveis de ensino e de processo de autorização para oferta dos cursos não permitem que um curso técnico seja uma certificação intermediária de um curso superior.

Por outro lado, é permitido o aproveitamento, no curso superior, de conhecimentos, saberes e/ou estudos adquiridos anteriormente, inclusive em cursos técnicos, a critério da instituição de ensino. A conclusão dos cursos superiores de tecnologia confere o direito de prosseguimento de estudos em nível de pós-graduação lato sensu ou stricto sensu, profissionais ou acadêmicos. As possibilidades de mestrados e doutorados autorizadas e reconhecidas pelo MEC estão relacionadas na plataforma sucupira.

A formação profissional do tecnólogo em Turismo Comunitário pretende combinar as quatro aprendizagens fundamentais, que segundo a UNESCO são: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos, aprender a ser.

Quadro 1 - Premissas da UNESCO

Premissas UNESCO	Descrição
Aprender a conhecer	A educação deve ser geral e ampla, permitindo posterior aprofundamento de áreas específicas do conhecimento, possibilitando ainda a compreender a complexidade do mundo em que vivemos, podendo assim o educando desenvolver possibilidades pessoais e profissionais que lhe garantam uma vida digna.Supõe, antes de tudo, aprender a aprender, exercitando a atenção, a memória e o pensamento. O processo de descoberta implica duração e aprofundamento da apreensão.
Aprender a fazer	Estimular o surgimento de novas aptidões no aluno, desenvolvendo suas habilidades e permitindo enfrentamento de situações adversas. Combina a qualificação técnica e profissional, o comportamento social, a aptidão para o trabalho em equipe, a capacidade de iniciativa, o gosto pelo risco. Qualidades como a capacidade de comunicar, de trabalhar com os outros, de gerir e de resolver conflitos, tornam-se cada vez mais importantes. A aptidão para as relações interpessoais, cultivando qualidades humanas que as formações tradicionais não transmitem necessariamente e que correspondem à capacidade de estabelecer relações estáveis e eficazes entre as pessoas.
Aprender a viver juntos	Possibilitando a capacidade de gerenciar conflitos surgidos das relações inter e intrapessoal. Aprender a viver com os outros desenvolvendo a compreensão do outro e a percepção das interdependências - realizar projetos comuns e preparar- se para gerir conflitos - no respeito pelos valores do pluralismo, da compreensão mútua e da paz.
Aprender a ser	Visa o desenvolvimento pessoal em sua totalidade, fomentando o senso crítico e a capacidade de análise e decisão no educando, para o desenvolvimento da personalidade individual e da capacidade de autonomia, discernimento e responsabilidade pessoal. Não negligenciar nenhuma das potencialidades de cada indivíduo, tais como memória, raciocínio, sentido estético, capacidades físicas, aptidão para comunicar-se.

Fonte: DELORS, 1996.

8 PERFIL DO EGRESSO

O Perfil profissional de conclusão do curso Tecnólogo em turismo comunitário está capacitado para atuar em planejamento, organização e viabilização dos produtos e serviços turísticos e de hospitalidade comunitária adequados aos interesses, hábitos, atitudes e expectativas da demanda turística e da comunidade, com intuito de contribuir para o desenvolvimento local e regional. Competências e habilidades do profissional a ser formado:

- Atua no planejamento e desenvolvimento da atividade turística com foco no planejamento do Turismo Comunitário,
- Planeja e elabora roteiros,
- Identifica potenciais turísticos do receptivo considerando a diversidade cultural e os aspectos socioambientais para o desenvolvimento local e regional,
- Aplica princípios éticos, de universalidade e de sustentabilidade socioeconômica e ambiental.
- Conhece a legislação pertinente às atividades da área do turismo e da hospitalidade comunitária,
- Compreende os rituais relativos à hospitalidade comunitária nas dimensões sociais de acolher, alimentar, entreter e hospedar.

- Compreende a importância do respeito, da preservação e da interpretação das manifestações culturais e dos recursos ambientais como produto de uma realidade histórico-social.

- Gere pessoas e conflitos, na busca de serviços turísticos de qualidade e que desenvolvam a interação entre os povos, respeitando suas diversidades.

- Elabora, implanta, gerencia e avalia políticas, programas, projetos, ações e modelos de negócios inclusivos na área de turismo.

- Entendi de processos de biossegurança e legislação na prestação de serviços e organização de espaços turísticos.

9 CORPO FUNCIONAL

O Curso a distância possui o envolvimento dos seguintes atores:

- aluno matriculado no curso;

- professores formadores, responsáveis pelo planejamento da disciplina em relação aos aspectos relacionados aos: objetivos de aprendizagem, conteúdo programático, estratégias de ensino-aprendizagem, recursos didáticos e sistemática de avaliação da disciplina. Também são os responsáveis por definir e/ou elaborar os materiais didáticos a serem utilizados no curso;

- tutores, responsáveis por acompanhar, apoiar e avaliar os estudantes em sua caminhada. Os estudantes contarão com o apoio de tutores presencias e a distância; e

- equipe de apoio, responsável pela operacionalização da infraestrutura tecnológica e logística.

O ingresso dos membros do corpo funcional no curso se dará por seleção pública. As chamadas públicas são elaboradas pela Secretaria de Apoio às Tecnologias Educacionais (SATE) da UECE de acordo com as especificidades dos editais da UAB/CAPES e recebem ampla divulgação nas páginas oficiais da instituição e em suas redes sociais.

9.1 Corpo Docente

O corpo docente do Curso é composto por professores formadores e tutores presenciais e a distância, em que há abertura de inscrições para o processo de seleção de PROFESSORES FORMADORES E TUTORES para os cursos do PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL, na modalidade a distância, oferecido pela UECE é definida pela Secretaria de Apoio às Tecnologias Educacionais (SATE/UECE), no uso da competência que lhe foi delegada pelo Magnífico Reitor da UECE, conforme Resolução nº 443, de 28/12/2011 do Conselho Diretor da Fundação Universidade Estadual do Ceará - FUNECE que cria a Secretária de Apoio às Tecnologias Educacionais – SATE, aprova o seu Regimento e dá outras Providências, e em conformidade com a Portaria CAPES/MEC nº 309, de 27/09/2024, e a Instrução Normativa nº 1, de 1/10/2024.

Para os tutores (presenciais e a distância), será exigida formação de nível superior e para os professores será exigida nível superior e experiência de 01 (um) ano no magistério superior.

Também será dada preferência ao quadro de servidor público docente concursado da UECE e de membros da comunidade que possuem formação, experiência e a anuência da associação da comunidade, sendo admitido o preenchimento das vagas para professores e tutores externos, no caso de não preenchimento das vagas.

- A SATE considera como atribuições do(a) Tutor(a) Presencial:

a) Ajudar cada aluno a planejar sua aprendizagem e motivar seu envolvimento com o curso;

b) Mapear e registrar, conjunta e periodicamente, com cada estudante: os interesses, as necessidades e as habilidades desenvolvidas e a serem exploradas no que tange a proposta pedagógica do curso;

c) Incentivar cada aluno a acompanhar e realizar todos os trabalhos acadêmicos solicitados;

d) Organizar, conduzir e acolher grupos de alunos para estudos no polo. e) Incentivar a criação e manutenção de comunidades de interesse on-line entre os estudantes;

e) Incentivar a leitura de livros acadêmicos e de literatura em geral, fomentando o hábito de leitura nos estudantes;

f) Atuar como mediador junto aos alunos e aos conteúdos, facilitando o enfrentamento, por parte dos alunos, de suas contradições e inconsistências cognitivas;

g) Atuar como mediador e facilitador nas discussões acadêmicas presenciais, mantendo uma postura acolhedora;

h) Organizar e participar dos encontros presenciais;

i) Estabelecer agenda de estudo com cada aluno, respeitando os tempos e espaços dele;

j) Acompanhar as atividades pedagógicas propostas nas disciplinas/módulos/blocos temáticos do curso;

k) Informar aos professores e tutores a distância todas as questões pedagógicas referentes a cada aluno como, por exemplo, ausências, afastamentos, dificuldades cognitivas, alternativas de superação delas;

l) Elaborar relatórios mensais sobre a turma sob sua responsabilidade;

m) Registrar casos particulares de dificuldades pedagógicas e encaminhá-las ao tutor à distância, ao professor e ao coordenador do curso;

n) Participar das reuniões de planejamento e de capacitação dos tutores periodicamente, de acordo com os horários estabelecidos pela coordenação do curso, sempre que for convocado;

o) Responsabilizar-se por preparar e coletar a frequência dos alunos nos momentos presenciais;

p) Apoiar na sala de aula ou no laboratório de informática do polo, a realização das avalições das disciplinas do curso;

q) Dar suporte ao professor nas atividades de campo, laboratório ou outras atividades curriculares que envolvam espaços pedagógicos fora os polos;

r) Ser capaz de realizar acompanhamento e orientações de trabalhos de monitoria acadêmica, extensão universitária e iniciação a pesquisa nos cursos de graduação ou nos cursos de especialização;

s) Ser capaz de dar apoio ao trabalho de Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Graduação ou Monografia na especialização;

t) Outras atribuições pertinentes à função.

- Já para os tutores a distância, a SATE considera as seguintes atribuições:

a) Participar de cursos de capacitação em tutoria, reuniões acadêmicas ou de integração;

b) Assessorar os professores em todas as atividades que se fizerem necessárias ao bom andamento do curso;

c) Conhecer detalhadamente os materiais, procedimentos e recursos tecnológicos utilizados na disciplina;

d) Auxiliar os professores na realização de trabalhos práticos, teóricos e experimentais e na seleção e organização de materiais de apoio que deem sustentação teórica qualificada para o desenvolvimento das disciplinas do curso;

e) Realizar estudos teóricos sob orientação dos professores do curso;

f) Manter diálogo constante com os tutores presenciais dos polos sobre a realização das atividades dos alunos;

g) Incentivar o aluno para o uso das tecnologias valorizando o estudo e a experiência de cada um;

h) Estimular os alunos na realização das atividades inerentes a cada disciplina do curso;

i) Auxiliar e orientar os alunos no uso da plataforma Moodle;

j) Facilitar e acompanhar o acesso dos estudantes aos enfoques e às atividades temáticas;

k) Promover a sistematização e aprofundamento dos conteúdos veiculados através de comentários, esclarecimentos de dúvidas, explicitação de conceitos, respostas a questionamentos e solução de problemas;

l) Providenciar a abertura dos Fóruns e mediar as discussões na sala de aula virtual conforme planejamento prévio;

m) Disponibilizar e fornecer informações, acompanhar e orientar as atividades propostas das disciplinas e os trabalhos realizados, esclarecendo dúvidas e respondendo com presteza os e-mails recebidos dos alunos;

n) Participar de todas as atividades on-line ou off-line sugeridas pelo professor e/ou coordenação;

o) Analisar o desempenho dos alunos e propor procedimentos que melhorem o seu rendimento, quando necessário;

p) Estar atento ao nível de interatividade dos alunos para identificar quais não estão interagindo e tentar resgatar a relação interativa;

q) Manter registro atualizado sobre as ausências, realizações de atividades, dificuldades e solicitações dos alunos;

r) Emitir relatórios sobre a situação dos alunos e encaminhá-los periodicamente aos professores e coordenadores de curso;

s) Participar dos encontros presenciais com professores e/ou coordenação, quando necessário;

t) Realizar acompanhamento e orientações de trabalhos de monitoria acadêmica, extensão universitária e iniciação a pesquisa nos cursos de graduação ou especialização;

u) Acompanhar e apoiar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC);

v) Participar ativamente de grupos de estudos e/ou grupos de pesquisas propostos e gerenciados pela Coordenação do Curso, visando produzir conhecimento científico sobre ferramentas tecnológicas usadas na educação e aspectos gerais ligados a educação a distância e a área específica de conhecimento do curso de graduação ou especialização ao qual está vinculado;

w) Outras atribuições pertinentes à função.

- Em relação ao professor formador, que é considerado o responsável pela disciplina do curso, deve estar à disposição para esclarecimento de dúvidas dos estudantes e/ou tutores a partir de cronograma estabelecido junto a cada docente.

- No que diz respeito à dimensão do acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem, a SATE elenca as seguintes atribuições para o do professor formador:

a) Participar dos cursos e reuniões para aprofundamento teórico relativo aos conteúdos trabalhados nas diferentes áreas;

b) Planejar e definir, com a coordenação e tutores, o cronograma das atividades da disciplina de acordo com o calendário geral do curso;

c) Analisar o material didático da disciplina bem como indicar textos e fontes de pesquisa complementar, quando for o caso;

d) Organizar a apresentação de slides da disciplina para posterior gravação de vide aula;

e) Elaborar e corrigir as avaliações a distância, ou auxiliar na sua correção por parte dos tutores, neste caso disponibilizando os gabaritos respectivos;

f) Elaborar avaliações que deverão ser compostas por, pelo menos, uma avaliação parcial (NPC) e uma avaliação final (NEF) e suas respectivas segundas chamadas ou banco de questões para as provas online,

g) Definir as ações de interação a distância (Fórum, Chat, Diário, etc) no AVA, elaborando as problematizações e auxiliando os tutores no seu funcionamento;

a) Preencher o Diário da Disciplina que é responsável e entregá-lo no prazo estabelecido pela Coordenação do Curso;

b) Selecionar materiais didáticos, em mídias variadas, para a disciplina;

c) Conhecer e participar das discussões relativas à confecção e uso de material didático;

d) Auxiliar os Tutores no processo de orientação aos alunos;

e) Participar de encontros com os outros professores pesquisadores do curso para dar unidade ao conteúdo do semestre;

f) Preparar aulas de videoconferência e webconference;

g) Elaborar conteúdos a serem disponibilizados na internet;

h) Estimular os alunos em momentos de dificuldades para que não desistam do curso;

i) Participar ativamente do processo de avaliação e recuperação de aprendizagem;

j) Assumir orientação de Trabalhos de Monografia de alunos.

9.2 Coordenação do Curso

O(a) Coordenador(a) de Curso, atuará em seu respectivo curso com as seguintes atribuições e funções:

a) Coordenar, acompanhar e avaliar as atividades acadêmicas do curso;

b) Participar das atividades de capacitação e de atualização desenvolvidas na Instituição de Ensino;

c) Participar dos grupos de trabalho para o desenvolvimento de metodologia, elaboração de materiais didáticos para a modalidade a distância e sistema de avaliação do aluno;

d) Participar ativamente do Colegiado de Curso;

e) Realizar o planejamento e o desenvolvimento das atividades de seleção e capacitação dos profissionais envolvidos no curso;

f) Orientar o corpo docente do curso quanto aos cumprimentos de prazos de materiais didáticos;

g) Participar dos fóruns virtuais e atividades presenciais da área de atuação;

h) Realizar o planejamento e o desenvolvimento dos processos seletivos dealunos;

i) Acompanhar o registro acadêmico dos alunos matriculados no curso;

j) Definir calendário do curso;

k) Acompanhar o processo de diagramação;

l) Manter os dados dos alunos e do curso atualizados;

m) Solicitar vinculação e desvinculação de tutores e coordenadores de tutoria,assim como cadastramento de bolsas, conforme disponibilidade;

n) Comunicar os bolsistas sobre vinculações e desvinculações das bolsas;

o) Acompanhar e supervisionar as atividades da equipe;

p) Promover articulação entre o trabalho desenvolvido pela equipe do curso;

q) Manter o quadro de tutores atualizado, de acordo com o número de alunos no curso e em conformidade com as orientações da CAPES;

r) Solicitar diárias e bolsas nos prazos determinados pela PROAD e pelo gestor debolsas, caso haja;

s) Conhecer as funcionalidades da plataforma Moodle, a qual será um dos seus ambientes de trabalho, com vista a oferecer maior qualidade e aproveitamento de suas atribuições.

a) Organizar administrativa e academicamente o curso;

b) Acompanhar e avaliar o processo de execução do curso nos Polos;

c) Presidir o Colegiado do Curso, constituído pelos Professores (Conteudistas e Formadores), Tutores (a distância e presencial); e,

d) Outras funções relativas ao cargo que possam surgir.

O Núcleo dos Docentes Estruturante- NDE é formado pelos professores:

Prof. Dr. Francisco Laercio Pereira Braga

Prof.ª Dr.a Maione Rocha de Castro Cardoso

Prof.ª Dr.a Thiciane Mary Carvalho Teixeira

9.3 Coordenador de Tutoria:

O (a) Coordenador (a) de Tutoria atuará em seu respectivo curso com as seguintes atribuições e funções:

a) Acompanhar o desenvolvimento das atividades da Tutoria a distância no AVA Moodle

b) Orientar a respeito da preparação do material da disciplina;

c) Preparar materiais para capacitação de Tutores;

d) Supervisionar a entrega das provas e trabalhos com os respectivos gabaritos, quando for o caso;

e) Intermediar as possíveis dificuldades de comunicação entre professores e Tutores e a demanda dos Tutores com

vistas ao correto andamento da disciplina;

f) Oferecer suporte ao Coordenador do Curso nas questões que envolverem os professores das disciplinas, como

seleção e treinamento;

g) Supervisionar as trocas de mensagens ocorridas entre alunos e Tutores.

h) Outras funções pré-estabelecidas pela UAB e pela SATE.

9.4 Corpo Técnico Administrativo

Os profissionais que compõem a equipe multidisciplinar ficam subordinados diretamente à Secretaria de Apoio às Tecnologias Educacionais (SATE) da UECE, acompanhando o andamento de todos os cursos na modalidade EaD ofertados pela instituição.

Para compor o quadro da equipe multidisciplinar é realizada seleção pública, em que os candidatos devem apresentar no mínimo os seguintes requisitos:

a) Ser servidor público docente concursado, do quadro da instituição. No caso de não preenchimento das vagas por docentes da UECE, será admitida a participação de professores externos;

b) Possuir formação completa em nível superior e, no mínimo, especialização concluída;

c) Cumprir pelo menos uma das seguintes condições: (a) Possuir experiência mínima de 1 ano no Magistério Superior;

d) Ter disponibilidade para cumprir, presencialmente, a carga-horária de trabalho na SATE ou nas Unidades ofertantes dos cursos UAB/UECE, conforme agenda de trabalho a ser estabelecida junto à Coordenação UAB/UECE.

A funções a serem desempenhadas pela equipe multidisciplinar da UECE são os seguintes:

a) Gestão financeira dos convênios UAB/UECE;

b) Gestão de Chamadas Públicas e ações de formação em serviços das equipes dos cursos;

c) Suporte tecnológico para integração dos Sistema Acadêmico (SisAcad) e Sima;

d) Gestão do Moodle;

e) Gestão de material didático;

f) Gestão de indicadores de rendimento e desempenho dos alunos;

g) Suporte ao desenvolvimento de Atividades Complementares e Curricularização da Extensão;

h) Acompanhamento de programas e projetos especiais;

Os docentes que responderão, tendo em vista o que designa a Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, que prevê a realização de processo seletivo com vistas à concessão das bolsas UAB criadas pela Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, serão escolhidos mediante seleção pública, como os seguintes requisitos mínimos:

a) Formação de nível superior e experiência de 3 (três) anos no magistério superior;

b) Ter conhecimento básico do Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle;

c) Fazer parte do corpo docente das Universidades estaduais do Ceará ou técnico-administrativa da UECE, podendo estar na condição de ativo ou inativo;

d) Familiaridade com o uso do computador, internet e demais recursos de informática;

e) Disponibilidade de carga horária para realizar atividades inerentes à função de Coordenador de curso ou de Coordenador de tutoria em horário flexível de segunda-feira à sábado, inclusive para viagens de acordo com a necessidade do curso

A seguir, elenca-se as funções do coordenador do curso e do coordenador de tutoria:

10 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

10.1 Princípios orientadores do currículo

O Projeto Pedagógico do **Curso Tecnólogo em Turismo Comunitário** está direcionado para Turismo Comunitário, que poderá abranger os segmentos ecológicos e ambientais, econômicos, culturais, de lazer, de intercâmbio de negócios e promoção de eventos e serviços, para melhor atender as necessidades do perfil profissiográfico que o mercado ou a região exigirem.

A proposta pedagógica formulada neste PPC está em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UECE e com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UECE que tem como finalidade capacitar o futuro profissional com competências e habilidades técnicas para exercer sua profissão, para atuar com responsabilidade social e cidadã nos espaços sociais e para demonstrar atitudes embasadas na autonomia e criatividade.

A organização curricular está submetida a Diretrizes dos cursos profissionais e tecnólogos CNE CP 01 de 2021 e ao catálogo nacional de cursos tecnológicos, 4º edição de 06 de 06 de 2024. O catálogo é a referência curricular. A oferta de Cursos Superiores de Tecnologia, na modalidade de Educação a Distância (EaD), observa o disposto no Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, em especial o seu art. 4º, que trata das atividades presenciais (https://cncst.mec.gov.br/).

A organização curricular do curso segue as diretrizes do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST), aprovado pela Portaria MEC nº 514, de 4 de junho de 2024, que tem o propósito de aprimorar e fortalecer os Cursos Superiores de Tecnologia (CST), assegurando que a oferta desses cursos e a formação dos tecnólogos acompanhem a dinâmica do setor produtivo e as demandas da sociedade. No MEC, o CNCST é utilizado como referência para os processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento das graduações tecnológicas

O curso de tecnólogo em turismo comunitário distingue-se por tecnologias e ações destinadas ao planejamento, organização, supervisão, operação e avaliação do atendimento e do acolhimento em atividades de turismo, hospedagem, gastronomia, eventos e lazer. Baseou-se em leitura e produção de textos técnicos, raciocínio lógico, historicidade e cultura, línguas estrangeiras, ciência, inovação, tecnologias sociais, empreendedorismo, cooperativismo e associativismo, prospecção mercadológica e marketing, tecnologias de comunicação e informação, desenvolvimento interpessoal, legislação e normas técnicas, saúde e segurança do trabalho, gestão da qualidade, responsabilidade e sustentabilidade socioambiental, qualidade de vida e ética profissional, de forma integrada ao contexto das relações humanas em diferentes espaços geográficos e dimensões socioculturais e econômicas.

O Catálogo está organizado em treze eixos tecnológicos, subdivididos em áreas tecnológicas, de acordo com a Resolução CNE/CP nº 2, de 4 de abril de 2024, compreendendo conjuntos organizados e sistematizados de conhecimentos, competências e habilidades diversas. Nosso currículo se enquadra no Eixo de Turismo, Hospitalidade e Lazer, da Área tecnológica, em Atividades Turísticas, tendo carga horária total acima de 1.600 horas. O curso dura cerca de dois anos e meio. Para aprimorar a formação profissional, o curso terá estágio curricular supervisionado obrigatório de 68 horas.]

O Curso Tecnólogo de Turismo Comunitário será ministrado em EaD, no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB (Decreto 5.800/2006) e no âmbito da Secretaria de Apoio às Tecnologias Educacionais - SATE, secretaria vinculada à reitoria, responsável pelo gerenciamento e promoção da mediação didático-pedagógica nas ações educacionais, utilizando-se de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (RES CD 443/2011). O papel da SATE é gestora e executora do projeto de EaD na UECE.

10.2 Pré-requisitos para ingresso

Para ingresso no Curso o estudante deverá:

- Ter concluído o Ensino Médio ou equivalente.
- Ser aprovado em processo seletivo.

Esse projeto pedagógico responde as exigências do Catálogo, a carga horária mínima de cada curso: 2,5 anos, o perfil profissional de conclusão, os pré-requisitos para ingresso no curso, a infraestrutura mínima requerida, o código da Classificação Internacional Normalizada da Educação (Cine), os campos de atuação, as ocupações associadas à Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), as normas associadas ao exercício profissional, se existentes, e as possibilidades de verticalização para cursos de pós-graduação. Além disso, faz parte do Catálogo a Tabela de Convergência, que traz as possibilidades de correspondência entre as denominações de cursos anteriormente utilizadas e a nomenclatura adotada nesta edição, assim como a Tabela de Submissão, que apresenta a relação de cursos cuja inclusão no Catálogo foi indeferida durante o processo de atualização.

10.3 **Eixos do currículo e integração curricular**

Seguindo o que está disposto no CNCST. O currículo do curso tecnólogo em turismo comunitário está estruturado em: EIXO, ÁREA TECNOLÓGICA E CURSO.

Desse modo, foi delimitado os eixos: TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER;

Área Tecnológica Atividades Turísticas;

Curso Superior de Tecnologia em Turismo Comunitário.

Observa-se que, o curso tecnólogo de turismo comunitário não estão listados no CNCST, de acordo com as nomenclaturas:

1. Gestão de Turismo Receptivo
2. Agenciamento de Viagens e Turismo
3. Serviços de Turismo
4. Planejamento Turístico
5. Turismo de Eventos
6. Turismo em Ambientes Naturais
7. Turismo Receptivo
8. Ecoturismo
9. Gestão de Empreendimentos Turísticos e em Eventos em Negócios
10. Gestão de Hotelaria e Turismo
11. Gestão de Negócios em Hotelaria e Turismo
12. Turismo, Entretenimento e Hotelaria
13. Agenciamento de Viagens
14. Turismo e Hospitalidade
15. Turismo e Hotelaria
16. Gestão de Empreendimentos de Turismo e Hotelaria
17. Empreendimentos de Turismo Rural e Ecológico
18. Gestão de Empresas Turísticas
19. Turismo Ecológico
20. Turismo Patrimonial e Socioambiental
21. Gestão Turística
22. Turismo e Hospitalidade, Gestão de Empreendimentos
23. Ecoturismo: Grupos e Roteiros
24. Turismo

11 FLUXO CURRICULAR

Quadro 2 – Fluxo Curricular

Ord.	1º Período – Disciplinas	CH Total	Total (Créditos)		CH de Extensão
1	Introdução a EAD	34	2		0
2	Teoria Geral do Turismo	68	4		0
3	Fundamentos de Sociologia e Antropologia do Turismo	68	4		0
4	Metodologia do Trabalho Científica em Turismo	68	4		0
3	Línguas Estrangeiras para o Turismo Comunitário	34	2		0
4	Ações de Extensão 1	34	2		34
5	Novas Economias Aplicadas ao Turismo Comunitário *	68	4		34
Subtotal		**374**	**22**		**68**
* (50% CH com extensão)					
Ord.	**2º Período – Disciplinas**	**CH Total**	**Total (Créditos)**		**CH de Extensão**
1	Turismo Comunitário e Fortalecimento do Território	68	4		0
2	Comunicação Popular e Marketing para Turismo Comunitário	34	2		0
3	Ações de Extensão 2	34	2		34
4	Participação Social na Gestão do Turismo Comunitário *	68	4		34
5	Empreendedorismo e Inovação Social em Turismo Comunitário*	68	4		34
6	Ética e Direitos Humanos *	68	4		34
Subtotal		**340**	**20**		**136**
* (50% CH com extensão)					
Ord.	**3º Período – Disciplinas**	**CH Total**	**Total (Créditos)**		**CH de Extensão**
1	Políticas Públicas e Legislação para o Turismo Comunitário	68	4		0
2	Hospitalidade e Turismo Comunitário	34	2		0
3	Ações de Extensão 3	34	2		34
4	Turismo Comunitário e interação com Outras Cadeias Produtivas*	68	4		34
5	Espaço, Territorialidade e Ambiente*	68	4		34
6	Gestão Socioambiental em Destinos Turísticos Comunitários*	68	4		34
Subtotal		**340**	**20**		**136**
* (50% CH com extensão)					
Ord.	**4º Período – Disciplinas**	**CH Total**	**Total (Créditos)**		**CH de Extensão**

1	Gestão de Recursos Naturais e Geobiodiversidade	68	4	0
2	Cultura Alimentar em Comunidades Tradicionais	34	2	0
3	Ações de Extensão 4	34	2	34
4	História dos Movimentos Sociais da zona Costeira do Ceará*	68	4	34
5	Turismo Cultural e Valorização do Patrimônio Imaterial*	68	4	34
6	TCC 1	68	4	0
Subtotal		**340**	**20**	**102**
* (50% CH com extensão)				

Ord.	**5º Período – Disciplinas**	**CH Total**	**Total (Créditos)**	**CH de Extensão**
1	Cultura e Identidade das Comunidades Tradicionais*	68	4	34
2	Optativa 1	68	4	0
3	Optativa 2	68	4	0
4	Prática Profissional Supervisionada	68	4	0
5	TCC 2	68	4	0
Subtotal		**340**	**20**	**34**
* (50% CH com extensão)				
Carga Horária Total		**1.734**	**102**	**476**

Quadro 3: Disciplinas Optativas

Disciplinas optativas	**Carga horária**	**Créditos**
Sustentabilidade e Qualidade em Serviços Turísticos	68	4
Noções de Gestão de Empreendimentos Comunitários	68	4
Planejamento Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo Comunitário	68	4
Organização do Espaço de Destinos Turísticos em Comunidades Pesqueiras	68	4
Libras	68	4
Organização de Eventos e Festivais Sustentáveis em Comunidades Tradicionais	68	4

Quadro 4: Resumo da Carga-Horaria

DISCIPLINAS	**CARGA HORÁRIA**
CARGA HORÁRIA TOTAL	**1.734**
CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO	**476 (27,45%)**

12 PLANO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O estágio supervisionado totaliza 68 horas e será cumprido de acordo com o Regimento de Estágio da Universidade Estadual do Ceará observados os regulamentos normativos da UECE e o conjunto normativo legal que rege o tema. “Art. 7º O projeto pedagógico do curso deverá disciplinar o estágio supervisionado, sob várias formas, desde estágio propriamente dito até imersão acadêmica em pesquisa e outras atividades, com base em regulamento próprio de cada Instituição de Educação Superior”.

5º Período – Disciplinas	CH Total	Total (Créditos)
Prática Profissional Supervisionada	68	4

13 PLANO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Os critérios quanto à forma, conteúdo, orientação e apresentação dos Trabalhos de Conclusão do Curso – TCC estão de acordo com o que estabelece a Resolução nº 4309/2018 - CEPE, de 08 de outubro de 2018. O aluno pode escolher dentre as alternativas estabelecidas na referida Resolução, uma ou mais formas através da(s) qual(is) o TCC será desenvolvido: a) Monografia; b) Artigo científico; c) Manual; d) Relatório; e) Composição de obra artística; f) Espetáculo artístico público; g) Memorial; h) Dossiê; i) Software; j) Tradução de obra; k) Produção audiovisual; l) Portfólio; m) Registro de patente.

> §2º - A área temática poderá configurar-se no âmbito de estudos de uma disciplina, abranger um conjunto de disciplinas que caracterizem uma unidade de conhecimento do ponto de vista científico ou os estudos de uma área de concentração de formação profissional ou, ainda, versar sobre um assunto conexo aos estudos teóricos ou práticos, básicos ou profissionalizantes, desenvolvidos no contexto do Curso.

Quadro 5: Trabalho de Conclusão de Curso

Disciplinas Obrigatórias	CH	Créditos
Trabalho de Conclusão de Curso – TCC 1	68	4
Trabalho de Conclusão de Curso – TCC 2	68	4

14 PLANO DE CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

A curricularização da extensão nos cursos de da UECE, conforme dispõe a Resolução Nº 4476/2019 - CEPE que trata da inserção curricular das ações de extensão universitária nos cursos de graduação, deve representar um percentual mínimo de 10% sobre a carga horária total do curso e será inserida no PPC, mediante, no mínimo, duas das seguintes estratégias:

Art. 5º — Para fins de integralização curricular, a inclusão de ações de Extensão Universitária, reconhecidas pela UECE nos PPC e no histórico escolar dos estudantes dos cursos de graduação, dar-se-á nas seguintes modalidades:

I - Inserção de ações extensionistas como parte de disciplinas e outros componentes curriculares do PPC;

II - Oferta de disciplinas específicas de Extensão, obrigatórias ou optativas

Esse PPC fez a inserção de ações extensionistas como parte de componentes curriculares, com destinação de 27% da carga horária total do curso em ações planejadas de extensão, incluídas dos componentes curriculares nas disciplinas obrigatórias. Distribuídas nos semestres, tendo 50% da carga horarias de algumas disciplinas inseridas com ações de extensão e disciplinas específicas de extensão obrigatórias:

1º Período – Disciplinas	**CH de Extensão**
Ações de Extensão 1	34
Novas Economias Aplicadas ao Turismo Comunitário * (50% CH com extensão)	34
2º Período – Disciplinas	**CH de Extensão**
Ações de Extensão 2	34
Participação Social na Gestão do Turismo Comunitário *(50% CH com extensão)	34
Empreendedorismo e Inovação Social em Turismo Comunitário* (50% CH com extensão)	34
Ética e Direitos Humanos *(50% CH com extensão)	34
3º Período – Disciplinas	**CH de Extensão**
Ações de Extensão 3	34
Turismo Comunitário e interação com Outras Cadeias Produtivas*(50% CH com extensão)	34
Espaço, Territorialidade e Ambiente*(50% CH com extensão)	34
Gestão Socioambiental em Destinos Turísticos Comunitários*(50% CH com extensão)	34
4º Período – Disciplinas	**CH de Extensão**
Ações de Extensão 4	34
História dos Movimentos Sociais da zona Costeira do Ceará*	34
Turismo Cultural e Valorização do Patrimônio Imaterial*	34
5º Período – Disciplinas	**CH de Extensão**
Cultura e Identidade das Comunidades Tradicionais*	34

15 PLANO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DO ALUNO

É de extrema relevância no processo de avaliação de aprendizagem a análise da capacidade de reflexão crítica dos alunos frente a suas próprias experiências, a fim de que possam atuar, dentro de seus limites, sobre o que os impede de agir para transformar aquilo que julgam limitado em termos das políticas públicas e dos processos de gestão. Embora a avaliação se dê de forma contínua, cumulativa, descritiva e compreensiva, é possível particularizar três momentos no processo:

- O acompanhamento do percurso de estudo do aluno, mediante diálogos;
- Produção de trabalhos escritos, que possibilitem sínteses dos conhecimentos trabalhados;
- Desenvolvimento e apresentação de resultados de pesquisas.

A avaliação do rendimento será feita por disciplina, por meio de provas presenciais online, exames, seminários, trabalhos, projetos, assim como participação geral nas atividades da disciplina (presenciais e a distância).

A avaliação será expressa em resultado final através de uma escala numérica de notas de 0,0 (zero virgula zero) a 10,0 (dez virgula zero). Considerar-se-á aprovado em cada disciplina o aluno que apresentar nota final igual ou superior a 7,0 (sete vírgula zero).

O curso também prevê a reprovação por falta de frequência, que impõe o conceito REF. Entretanto, o controle de frequência em cursos a distância distingue-se em essência daquele feito nos presenciais.

Assim, na modalidade EAD/UECE, os programas de cada disciplina conterão as exigências de contatos e participações presenciais dos alunos e atividades a distância, os quais serão devidamente computados para efeito de integralização de 75% de frequência mínima exigida

A avaliação da aprendizagem na Uece está definida no Capítulo V do Rendimento Escolar e podem ser avaliados trabalhos, seminário, pesquisas e avaliação individual e em equipe disposto no quadro 12 e divulgados no ambiente da Comissão Permanente de Avaliação – CPA.

Quadro 6: Avaliação do Rendimento Escolar

Capítulo V

Da Avaliação do Rendimento Escolar

Art. 110 – A avaliação do rendimento escolar nos cursos de Graduação e Sequencial Superior de Formação Específica será feita por disciplina, abrangendo sempre os elementos assiduidade e eficiência nos estudos, ambos eliminatórios por si mesmos.

§ 1o – Entende-se por assiduidade a frequências às atividades correspondentes a cada disciplina, ficando reprovado o aluno que faltar a mais de 25% (vinte e cinco por cento) dessas atividades, vedado o abono de falta quando não previsto em lei ou norma institucional.

§ 2o – O aluno que obtiver 75% (setenta e cinco por cento), ou mais, de frequência em cada disciplina será considerado aprovado por assiduidade, devendo submeter-se ainda aos critérios de avaliação de eficiência para obter a aprovação na respectiva disciplina.

§ 3o – Entende-se por eficiência o grau de aplicação do aluno aos estudos, encarados como processo e em função dos seus resultados.

Art. 111 – A avaliação da eficiência abrangerá, em cada disciplina: a) assimilação progressiva de conhecimento, avaliada em provas, trabalhos individuais, atividades práticas, experimentais ou tarefas outras desenvolvidas ao longo do período letivo; b) o domínio do conjunto da matéria lecionada, aferido em exame que só será realizado após encerrado o período letivo e cumprido o respectivo programa. Parágrafo único – Aos dois aspectos da avaliação da eficiência definidos neste artigo corresponderão, respectivamente, as seguintes notas:

a) nota parcial de conhecimento (NPC), uma para cada avaliação parcial de conhecimento realizada durante o semestre;

b) nota de exame final (NEF), resultante de prova escrita que versará sobre o conjunto da matéria lecionada no período letivo.

Art. 112 – Às diversas modalidades de avaliação do rendimento escolar serão atribuídas notas, com aproximação de uma casa decimal, de 0,0 (zero) a 10,0 (dez).

§ 1o – Será aprovado por média na disciplina o aluno que obtiver média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC), num mínimo de duas por período letivo, igual ou superior a 7,0 (sete).

§ 2o – O aluno que obtiver, na média aritmética entre as notas de avaliações parciais (NPC), valor igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete) será submetido ao exame final.

§ 3o – O aluno submetido ao exame final estará aprovado na disciplina se obtiver neste exame nota (NEF) igual ou superior a 3,0 (três) e média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco), calculada pela seguinte fórmula:

MF = (MeNPC + NEF)/ 2

Na qual: MF = Média final.

MeNPC = Média aritmética entre as notas parciais de conhecimento.

NEF = Nota de exame final.

16 PLANO DE AVALIAÇÃO/AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

A avaliação tem por objetivo controlar e aprimorar as etapas do processo pedagógico para garantir o alcance dos objetivos propostos para o curso. Para tanto, será aplicada avaliação 360 graus, de forma continuada, realizada por todos os atores do processo ensino-aprendizagem, entre eles: estudantes, professores tutores, professores conteudistas, professores formadores e coordenador do curso, contemplando os seguintes aspectos: desempenho do estudante; desempenho dos professores tutores; desempenho dos professores formadores; adequação do sistema de tutoria; adequação do Ambiente Virtual de Aprendizagem; qualidade do material impresso e da multimídia interativa; qualidade e adequação do atendimento administrativo; desempenho da coordenação do curso; e eficácia do programa.

Os instrumentos de avaliação que serão utilizados para monitorar o andamento do curso, o perfil do egresso e o acompanhamento do processo ensino-aprendizagem estão disponíveis no processo de avaliação institucional conduzido pela CPA/UECE. A estrutura de EaD projetada para o curso possibilita a integração das ações dos atores de EaD, permitindo controle e sinergia no processo ensino-aprendizagem,assim como a prática de acompanhamento efetivo do estudante e sua avaliação em dimensão sistêmica e continuada.

Os resultados das avaliações deverão ser utilizados com a função de retroalimentar os subsistemas de EaD, objetivando o aprimoramento e novos patamares de qualidade e eficácia.

17 EMENTA DAS DISCIPLINAS

1 - PRIMEIRO SEMESTRE
INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA **34 horas – 2 créditos** **EMENTA** Dinâmica de Integração em diferentes ambientes. Organização de sistemas de EaD: processos de comunicação, processo de tutoria e avaliação. Relação dos sujeitos da prática pedagógica no contexto da EaD. Ambientes Virtuais de Ensino- Aprendizagem (AVEA): estratégias de interação. Metodologias Digitais. **REFERÊNCIAS BÁSICAS** CORRÊA, D. M. **Introdução à educação a distância e AVEA**. 2. ed. Florianópolis: IFSC, 2014. HACK, J. R. **Introdução à educação a distância**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011. SILVA, K. C. de; LOPES, D. C. De. **Introdução a EAD**. Mossoró: EduFERSA, 2014. VIDAL, E. M.; MAIA, J. E. B. **Introdução à educação a distância**. Fortaleza: RDS, 2010. **REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES** LITTO, F. M.; FORMIGA, M. **Educação a Distância**: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009. MACHADO, D. P.; MORAES, M. G. S. **Educação a Distância**: fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino aprendizagem. São Paulo: Saraiva, 2015
TEORIA GERAL DO TURISMO **68 horas – 4 créditos** **EMENTA** História do Turismo; conceituação geral sobre a atividade turística; a atividade profissional, o mercado e os destinos turísticos; impactos do turismo; classificações; economia do turismo; tendências do turismo; relação turistas-comunidades. Agentes de Intervenção Turística (Poder Público, Iniciativa Privada, Comunidade, ONGs e Turista). Impactos da massificação do processo turístico. **REFERÊNCIAS BÁSICAS** BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo. Ed. Senac, 2001. COOPER, C. et al. **Turismo**: princípios e práticas. Porto Alegre: Bookman, 2007. PINTO, D. R. G. **Fenomenologia do turismo**. Fortaleza: IFCE/UAB, 2010. Disponível em: http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/206543. Acesso em: 12 out. 2024. **REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES** ANSARAH, M. G. R. (org). **Turismo:** Segmentação de Mercado. Futura: São Paulo, 2002. BOULLON, R. C. **Planejamento do Espaço Turístico**. São Paulo: EDUSC, 2002

LÍNGUAS ESTRANGEIRAS PARA TURISMO
68 horas – 4 créditos (2 créditos de extensão)
EMENTA
Introdução ao Espanhol: Gramática básica da língua espanhola. Elementos de fonética. Leitura em nível básico: folhetos, propagandas, material informativo. Audição de textos e desenvolvimento da expressão oral em nível básico. Aquisição de vocabulário básico e introdução a vocabulário específico da área do turismo. Ferramentas e aplicativos de tradução ou comunicação instantâneos.

Introdução ao Inglês: Apresentar e desenvolver no aluno linguagem que os capacitem para receber e conduzir turistas a lugares como hotéis, pousadas, aeroportos, rodoviárias, eventos e restaurantes, bem como a pontos turísticos da cidade e seus arredores. Desenvolver ações planejadas de extensão com a participação de mestres dos saberes da literatura popular da comunidade

REFERÊNCIAS BÁSICAS
ARAÚJO, F. M. G. De. **Espanhol básico.** Fortaleza: UAB/IFCE, 2014.
GONZÁLEZ, P. V. **Como dizer tudo em espanhol em viagens**: fale a coisa certa em qualquer situação de viagem. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
DE BIAGGI, E. T. Krieck & STAVALE, Emeri De Biaggi. Enjoy you Stay!: **Inglês Básico para Hotelaria e Turismo**. São Paulo: Disal, 2004.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
BANDA, B. A. **Espanhol para profissional de turismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.
BANDA, B. A. **Espanhol para hotelaria**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.
EDMUNDSON, M. V. A. S. **Leitura e Compreensão de textos no livro didático de língua inglesa**. João Pessoa. Editora do CEFET-Pb. 2004

NOVAS ECONOMIAS APLICADAS AO TURISMO SUSTENTÁVEL
68 horas – 4 créditos (2 créditos de extensão)
EMENTA
Principais conceitos econômicos para a atividade turística. Demanda e oferta turísticas. Mercado do turismo. Análise macroeconômica do turismo. Enfoque de renda, emprego, produto e receita. Turismo no cenário econômico global. Desenvolvimento econômico local sustentável. Modelos de economia criativa. Economia solidária, economia do terceiro setor e economia social. Economia colaborativa e do compartilhamento. Economia circular. Caracterização das atividades e suas correlações: criativa, solidária, colaborativa e circular. Desenvolver ações planejadas de extensão com a participação de mestres dos saberes do artesanato da comunidade.

REFERÊNCIAS BÁSICAS
ALENCAR, A. V. S.; AGUIAR, F. P. De. **Fundamentos de economia**. Fortaleza: UAB/IFCE, 2 ed., 2013.
ARAÚJO, E. R. **Conceitos básicos de economia solidária**. Fortaleza, 2020
HOWKINS, J. **Economia Criativa**: Como Ganhar Dinheiro com Ideias Criativas. 1ª Edição, Editora M. Books, 272 p., 2012.
LUCAS, M. R. et al. **Desenvolvimento Sustentável, Economia Circular e Educação Empreendedora**. Pesquisa em inovação: múltiplos olhares rumo a uma convergência formativa (recurso eletrônico), p. 13-30, 2019. Disponível em: https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/25855
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
CARVALHO, L. C. P. de; VASCONCELLOS, M. A. S. de. **Introdução à economia do turismo**. São Paulo: Saraiva, 2005.
SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo, 2002. Fundação Perseu Abramo.

FUNDAMENTOS DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA DO TURISMO
68 horas – 4 créditos
EMENTA
Noções elementares sobre os conceitos, os fundamentos e as principais questões abordadas pelos clássicos da Sociologia, da Sociologia do lazer e da Sociologia do turismo e suas interações. Compreensão do turismo e do lazer enquanto fenômenos sociais e culturais. Impactos socioculturais do turismo na contemporaneidade. Tempo livre e turismo. Lazer, rituais e práticas culturais. Caracterização da abordagem sociológica da sociedade e do turismo. Exposição de aspectos da cultura brasileira influentes nas práticas turísticas e na cultura organizacional do turismo no Brasil e no Ceará. A disciplina aborda o estudo do ser humano em sua totalidade, unindo as ciências da Antropologia como Ciências Social, Humana e Natural.

REFERÊNCIAS BÁSICAS
CRUZ, Rita de Cássia. **Política de turismo e território**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.
FALCÃO, M. T. S. **Sociologia do Turismo**. JOYE, C. R. (Coord._. Fortaleza: UAB/IFCE, 2010.
PRONOVOST, G. **Introdução à sociologia do lazer**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
MACEDO, A. P. De. **Turismo e Sociedade**. MACEDO, A. P. De.; OLIVEIRA, M. A. S. A. de. (Organizadoras). Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.
PEREIRO, X.; FERNANDES, F. **Antropologia e Turismo**: Teorias, métodos e praxis. PASOS, RTPC, 496 p., 2018. Disponível em: https://www.pasosonline.org/Publicados/pasosoedita/PSEdita20.pdf. Acesso em 12 nov. 2024.

METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO EM TURISMO
34 horas – 2 créditos
EMENTA
Conhecimento científico. Métodos quantitativos e qualitativos de pesquisa em Administração. Tipos de Pesquisa. O processo de pesquisa. Estratégia, técnicas e instrumentos de coleta e análise de dados. Estrutura e organização de trabalhos científicos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS
JOYE, C. R. **Metodologia da pesquisa em turismo.** Fortaleza: UAB/IFCE, 2009. Disponível em: https://canalcederj.cecierj.edu.br/recurso/8741. Acesso em: 10 out. 2024.
LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
RICHARDSON, R. J.; Colaboradores. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
SALOMON, D. V. **Como fazer uma monografia**. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007

2 - SEGUNDO SEMESTRE

TURISMO COMUNITÁRIO E FORTALECIMENTO DO TERRITÓRIO

68 horas – 4 créditos

EMENTA

O Turismo Comunitário (TC) como um segmento do turismo sustentável. Aspectos positivos e negativos do turismo em áreas naturais. Turismo Comunitário: trajetória, concepções e abordagens. Legislação ambiental. Economia Solidária e Economia Ecológica como alicerces para o TC. Desenvolvimento Sustentável e os ODS´s. Educação ambiental. As redes de TBC no Brasil - REDE TUCUM e TURISOL. Turismo Comunitário (TC) como modelo de desenvolvimento turístico centrado nos recursos (humanos, naturais e de infraestrutura) endógenos da localidade e compartilhada entre os membros da comunidade. Desenvolver ações planejadas de extensão com a participação de mestres dos saberes da comunidade

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ARAÚJO, M. N. F. De. **Turismo Comunitário no Pan-Amazônica**: tecnologias sociais do Brasil, Bolívia e Peru. Belém: NAEA, 2024.

ARAÚJO, M. N. F. De; VASCONCELOS, M. A. De. **Cartilha de Turismo Comunitário**. São Luís, Maranhão: EDUFMA, 2024.

BORGES, C. I. O. S. **O turismo comunitário em comunidades tradicionais na zona costeira do Ceará**: em foco a experiência da Rede Tucum. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

FABRINO, N. H.; NASCIMENTO, E. P. do; COSTA, H. A. **Turismo Comunitário**: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas. Caderno Virtual de Turismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro Río de Janeiro, Brasil v. 16, n. 3, pp. 172-190, 2016.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BURGOS, A.; MERTENS, F. **As redes de colaboração no Turismo Comunitário**: implicações para a gestão participativa. Revista Tourism & Management Studies, v. 12, n. 2, 2016.

MENDONÇA, T. C. M. **Turismo e participação comunitária: 'Prainha do Canto Verde, a "Canoa" que não quebrou e a "Fonte" que não secou?'.** 2004. Dissertação (Mestrado) - Programa EICOS/IP/UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2004.

MORAES, E. A.; IRVING, M. de A.; PEDRO, R. M. L. R.; LIMA, M. do C. Vozes da Rede Cearense de Turismo Comunitário: Atores, Estratégias e Associações. Revista Latino-Americana de Turismologia - RELAT, Juiz de Fora (Brasil), v. 10, n. Especial, p. 1-14, jan./dez. 2024.

PACHECO, J. T. R.; KAWANISHI, R. N. **Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**. Ponta Grossa, Paraná: Atena Editora, 2019.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GESTÃO DO TURISMO COMUNITÁRIO
68 horas – 4 créditos (2 créditos de extensão)
EMENTA
Conceito de participação social e de desenvolvimento humano na sociedade e no trabalho como foco da gestão social no turismo comunitário. Conceito de gestão social (Cooperativismo, Associativismo, Autogestão, Conselhos, Orçamento Participativos, ONG´S E OSCIP´S). Política Nacional de Participação Social. A democracia deliberativa e a gestão social. Coprodução de serviços na Administração Pública. Revalorização da esfera local. A arte de construir redes de governança democrática. Desenvolver ações planejadas de extensão com a participação de mestres dos saberes da comunidade.

REFERÊNCIAS BÁSICAS
BEZERRA, M. O. **Política, Governo e participação popular**: conselhos, orçamento participativo e outras experiências. Rio de Janeiro: Letras, 2012.
FISCHER, T.; ROESCH, S.; MELO, V. P. (org.). **Gestão do desenvolvimento territorial e residência social**: casos para ensino. Salvador: EDUFBA, CIAGS/UFBA, 2006.
MATHIAS, A. L. T. **Gestão Social e Participação popular**. Brasília: PNAP; Recife: UPE/NEAD, 2021. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/719522. Acesso em 10 out. 2024.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UnB, 2016.
PEREIRA, J. R.; CANÇADO, A. C.; SILVA JR., J. T.; RIGO, A. S. **Gestão Social e Gestão Pública**: Interfaces e Delimitações. Lavras: Ed. UFLA, 2011
RIBEIRO, B. G.; LIMA, M. R.; PAZ, A. S. dos S. O Turismo Comunitário como uma Ferramenta de Resistência na Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde. In: Anais do XIII Seminário de Pesquisa e XIV Encontro de Iniciação Científica do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Brasília, DF, 2022, p. 157.

EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO SOCIAL EM TURISMO COMUNITÁRIO
68 horas – 4 créditos (2 créditos de extensão)
EMENTA
Principais conceitos do empreendedorismo e da inovação. Competências e perfis do empreendedor. Empreendedorismo por necessidade e por oportunidade. Identificação de oportunidades no turismo comunitário. Análise de mercado e do ambiente de negócios no Turismo Comunitário. Ferramentas de mitigação do risco: plano de negócios. Desenvolvimentos recentes do campo da inovação social. Ações possíveis frente às dificuldades de ordem social, econômica e ambiental enfrentadas pelos mais diferentes setores. Tecnologia e sustentabilidade, inovação de processos de formação/aprendizagem, mudanças nas políticas públicas, microcrédito, geração de trabalho e renda, mecanismos de inclusão social. Desenvolver ações planejadas de extensão com a participação de mestres dos saberes da comunidade.

REFERÊNCIAS BÁSICAS
BIGNETTI, L. P. **As inovações sociais**: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. Ciências Sociais Unisinos, v. 47, n. 1, p. 3–14, 2011.
FLORES, L. **Empreendedorismo em ação**: construindo futuros de sucesso. Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2024.
NOGUEIRA, H. G. P. Empreendedorismo e oficina de negócios. V. 1, Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. Disponível em: https://canal.cecierj.edu.br/recurso/6425. Acesso em: 10 set. 2024.
OLIVEIRA, E. M. **Empreendedorismo social**: da teoria à prática, do sonho à realidade: ferramentas e estratégias / Edson Marques Oliveira. 8.ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008. 240 p.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
BAPTISTA, M. V. **Planejamento social**: intencionalidade e instrumentação. 2. ed. São Paulo: Veras, 2010. 155 p. (Série livro texto; n.1).
MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social / Carlos Montaño. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 288 p

ÉTICA E DIREITOS HUMANOS
68 horas – 4 créditos (2 créditos de extensão)
EMENTA
O código de ética do turismo, um marco de referência para o desenvolvimento responsável e sustentável do turismo. Compreender as diferentes concepções éticas para o entendimento do mundo. A moral como construção histórico-cultural. Liberdade e responsabilidade entre escolhas e deveres. Turismo e sustentabilidade na construção de uma nova ética. Turismo e comunidade local com suas relações permeadas por uma nova ética. Ética e direito humano como instrumento de inclusão, acessibilidade social e proteção ambiental. Desenvolver ações planejadas de extensão com a participação de mestres dos saberes da comunidade.

REFERÊNCIAS BÁSICAS
DAVIDSON, J.; TAYLOR, J. S. **Infância, turismo sexual e violência**: retórica e realidade. Tráfico de pessoas e Violência Sexual, p. 119-136, 2007. disponível em: https://andi.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Trafico-de-Pessoas-e-Violencia-Sexual-livro_Violes_UnB.pdf#page=117
RAMOS, A. R. A.; DA SILVA FERKO, G. P. **Turismo em terras indígenas**: legislação e direitos humanos. RITUR-Revista Iberoamericana de Turismo, v. 8, n. 2, p. 127-142, 2018. Disponível em: https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/4531. Acesso em: 12 nov. 2024.
TRENTIN, F.; GODOY, K. E. **Ética e Turismo**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, v.1, 2010. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/191580. Acesso em: 10 out. 2024.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
DE CARVALHO, R. F. et al. **Turismo, desenvolvimento sustentável e direitos humanos**: O programa "Viaja Mais Melhor Idade". Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, v. 6, n. 3, p. 290-304, 2012. Disponível em: https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/500. Acesso em: 12 nov. 2024.
TASSO, J. P. F.; MOESCH, M. M.; NÓBREGA, W. M. **Reincorporação da Ética às Políticas Públicas de Turismo: uma necessária reflexão no combate às consequências do Covid-19**. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, v. 15, n. 1, p. 2141, 2021. disponivel em https://www.scielo.br/j/rbtur/a/s7YXVtfQ9Sfw8ZJTfskGBmk/?lang=pt

COMUNICAÇÃO POPULAR E MARKETING PARA TURISMO COMUNITÁRIO
68 horas – 4 créditos (2 créditos de extensão)
EMENTA
Conceitos de comunicação popular e marketing para turismo comunitário no contexto social. A relação com o cliente no mundo cada vez mais digital. O mercado do turismo comunitário. Mix de marketing para negócios sociais, inclusivos e sustentáveis. Experiência do cliente baseado nas emoções. Tomada de decisão de marketing baseada em dados. Desenvolvimento de estratégias de marketing para o Turismo Comunitário. Desenvolver ações planejadas de extensão com a participação de mestres dos saberes dos astros da comunidade.

REFERÊNCIAS BÁSICAS
FERRELL, O. C.; HARTLINE, M. D. **Estratégia de marketing**: Teoria e Casos. 3. ed. São Paulo: Cengage, 2017.
KOTLER, P.; KARTAJAYA, H.; SETIAWAN, I. **Marketing 4.0**: Do tradicional ao digital. 3. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2017. Recurso digital.
MOTA, K. C. N. **Marketing turístico**. Fortaleza: UAB/IFCE, 2011.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
HUDSON, I.; HUDSON, S. **Marketing para turismo, hospitalidade e eventos**: uma abordagem global e digital. SENAC São Paulo, 1ª edição, 2020.
KUAZAQUI, E. **Marketing turístico e de hospitalidade**: fonte de empregabilidade e desenvolvimento para o Brasil. São Paulo: Makron, 2000

3 - TERCEIRO SEMESTRE
TURISMO COMUNITÁRIO E INTERAÇÃO COM OUTRAS CADEIAS PRODUTIVAS **68 horas – 4 créditos (2 créditos de extensão)** **EMENTA** Definição, evolução e importância do turismo comunitário. Levantamento e análise dos recursos naturais com potencialidades para o turismo comunitário. Conceito da capacidade de carga. Educação ambiental. Impactos ambientais, socioculturais e econômicos do turismo comunitário. Compreender a relação do turismo comunitário com outras cadeias produtivas locais e agricultura familiar. Desenvolvimento sustentável focado nas práticas de agricultura familiar no Brasil e em suas interações com o turismo comunitário. Desenvolver ações planejadas de extensão com a participação de mestres dos saberes agricultura tradicional da comunidade. **REFERÊNCIAS BÁSICAS** BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Secretaria de Agricultura Familiar. **Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar**. 2012. Disponível em: https://www.institutobrasilrural.org.br/download/20120220101524.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024. CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Turismo rural e agricultura familiar**: iniciativas e inovações. Anais (ANAIS DO VII CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CITURDES). Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em: https://www.ufrgs.br/mercados/sumarios/anais7.pdf. Acesso em 12 nov. 2024. KINKER, S. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais.** Campinas, SP: Papirus, 2002 **REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES** FEIDEN, A.; MARQUES, C. A.; FERRARI, C. T. DA; R. R., MARCELINO, D.; RECALCATTI, J. F.; HANZEN, M.; ZONIN, W. J. **Turismo rural integrado a agricultura familiar**: experiência da propriedade D'mary Morangos de Serranópolis do Iguaçu – PR. *Revista De Gestão E Secretariado*, *14*(3), 4012–4021, 2023. https://doi.org/10.7769/gesec.v14i3.1866 MAIA, E. M. M. **Turismo rural na agricultura familiar**: um estudo de caso no assentamento Tijuca Boa Vista em Quixadá (CE). Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro, v. 15 n. 1., p.1-19, abr. 2015.
POLÍTICAS PÚBLICAS E LEGISLAÇÃO PARA O TURISMO COMUNITÁRIO **68 horas – 4 créditos** **EMENTA** Conceitos de políticas públicas. O ciclo das Políticas Públicas: Avaliação, Planejamento e Gestão. Políticas públicas de turismo e as responsabilidades do setor público. O PRODETUR-NE e o Programa de Regionalização do Turismo. Evolução das políticas públicas de turismo comunitário. Instrumentos de política para o turismo comunitário sustentável. Agentes de turistificação dos espaços. Políticas de turismo no Brasil e no Ceará. Aspectos da legislação turística vigente. **REFERÊNCIAS BÁSICAS** BENI, M. C. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006. CRUZ, R. C. A. da. **Políticas de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000. RUA, M. G. **Políticas públicas**. 3 ed., rev. Atua., Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, Brasília: CAPES: UAB, 2014. **REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES** HALL, G. M. **Planejamento turístico**: políticas, processos e relacionamentos. São Paulo: Contexto, 2001. SOUZA, M. J. de. **Políticas públicas e o lugar do turismo**. Brasília: UNB, 2002

HOSPITALIDADE E TURISMO COMUNITÁRIO

68 horas – 4 créditos (2 créditos de extensão)

EMENTA

Dimensões teóricas da hospitalidade. Conceitos de Hospitalidade. Importância da Hospitalidade. Hospitalidade comercial nos meios de hospedagem no Turismo Comunitário. Turismo e Hotelaria: conceitos, históricos, tipologia, situação atual e tendências do Turismo e Desenvolvimento sustentável. Estudo introdutório do Turismo e da hospitalidade, envolvendo abordagem teórica de conceituações, definições, temáticas e problemáticas em torno do tema do turismo e da hospitalidade. Desenvolver ações planejadas de extensão com a participação da comunidade.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ANDRADE, J. V. **Turismo**: fundamentos e dimensões. 8. ed. Sao Paulo: Ática, 2001.

SANTOS, M. T. Dos. **Fundamentos de turismo e hospitalidade**. Manaus: Centro de Educação Tecnológica do Amazonas, 2010.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

POWERS, T.; BARROWS, C. W. **Administração no setor de hospitalidade**: turismo, hotelaria, restaurante. São Paulo: Atlas, 2004.

VALLEN, G. K. **Check-in, check-out**: gestão e prestação de serviços em hotelaria. 6ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

ESPAÇO, TERRITÓRIO E AMBIENTE

68 horas – 4 créditos

EMENTA

Concepções de território, sociedade, espaço, paisagem e estrutura social, discute temas como segregação, integração e desigualdades sociais e urbanas, colocando tais perspectivas em diálogo com políticas públicas e movimentos sociais. Políticas públicas para os recursos naturais; a intervenção do Estado e a exploração do meio natural; A presença do Estado e a apropriação privada da natureza; A emergência da sociedade civil na formulação de uma consciência ecológica crítica. Impactos da urbanização e planejamento urbano. Zoneamento ambiental. Tópico em Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira: Territorialidade indígena e quilombola. A construção do espaço e do território, sua história e cultura, o caso do CEARÁ.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BASQUEROTE, A. T. (Organizador). **Geografia: espaço, ambiente e sociedade** 2.Editora Atena, 2021.ISBN: 978-65-5983-785-4

CORIOLANO, Luzia Neide Menezes T. Litoral do Ceará: espaço de poder, conflito e lazer. **Revista de Gestão Costeira Integrada-Journal of Integrated Coastal Zone Management**, v. 8, n. 2, p. 277-287, 2008. Disponível em: < https://www.redalyc.org/pdf/3883/388340124020.pdf >.

DANTAS, E. M.; MORAIS, I. R. D. **Organização do Espaço**. 2 ed. Natal: EDUFRN, 2012. http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/203582

MULLER, C. B. **Direito dos povos e comunidades tradicionais**. Salvador: UFBA, Faculdade de Direito; Superintendência da Educação a Distância, 2024. http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/743438

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

SANTANA FILHO, D. M. De. **Espaço humano e o espaço do cidadão**. SANTANA FILHO, D. M. De; De Souza, E. B. (Org.). Salvador: UFBA; Faculdade de Direito; Superintendência da Educação a Distância, 2024.

STEINBERGER, M. **Território, ambiente e políticas públicas especiais**. Editora LGE, Edição português, 2006. ISBN: 8572382496.

MENDES, Eluziane Gonzaga; LIMA, Luiz Cruz; CORIOLANO, Luzia Neide MT. OS EMBATES DA REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO LITORÂNEO CEARENSE PELO TURISMO (clashes of the restructuring of the ceará coastal zone by tourism). **Mercator**, v. 3, n. 6, 2004.

GESTÃO SOCIOAMBIENTAL EM DESTINOS TURÍSTICOS COMUNITÁRIOS

68 horas – 4 créditos (2 créditos de extensão)

EMENTA

Caracteriza o ambiente de mudanças nas organizações. A questão ambiental no Brasil e no mundo. A questão do ambiente sobre o enfoque econômico e político. Interpretação sobre o termo desenvolvimento sustentável; problemas, causas e fontes de poluição. A tomada de decisão em função do custo-benefício e a responsabilidade socioambiental nas organizações. Unidades de conservação e turismo em áreas naturais protegidas – SNUC – Lei 9.985/2000. Sistema Nacional de Unidades de Conservação, RESEX. Planejamento e gestão de áreas naturais. Turismo em áreas protegidas. Atividades turísticas em áreas naturais. O meio ambiente na legislação brasileira: Constituição Federal; lei da Política Nacional do Meio Ambiente – 6.938/1981; Meio ambiente e sociedade. Histórico dos movimentos ambientais. Desenvolver ações planejadas de extensão com a participação de mestres dos saber da sociobiodiversidade (fauna, flora e sustentabilidade) da comunidade.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ALBUQUERQUE, J. L. (Org.). **Gestão ambiental e responsabilidade social**: conceitos, ferramentas e aplicações. São Paulo: Atlas, 2009.

FABRÍCIO, A. C. B. **Turismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade**. Curitiba: Intersaberes, 1a edição, 2015.

DE ARAÚJO, Guilherme Pinto; GELBCKE, Daniele Lima. Turismo comunitário: uma perspectiva ética e educativa de desenvolvimento. **Turismo: Visão e Ação**, v. 10, n. 3, p. 358-377, 2008. Disponivel em: < https://periodicos.univali.br/index.php/rtva/article/view/770 >.

NASCIMENTO, L. F. **Gestão ambiental e sustentabilidade**. 4 ed. Rev. Atua. E ampliada, Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasilia: CAPES: UAB, 2016.

PHILLIPI-Jr, A; RUSCHMANN, D. V. M. **Gestão Ambiental e Sustentabilidade no Turismo**. São Paulo: Manole, 1a edição, 2009.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ANDRADE, R. O. B de. **Gestão ambiental**: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável. 2. ed. São Paulo: Makron, 2004.

COSTA, P. C. **Unidades de Conservação**: matéria prima do ecoturismo. São Paulo: Aleph, 2002.

4 - QUARTO SEMESTRE

CULTURA ALIMENTAR EM COMUNIDADES TRADICIONAIS

68 horas – 4 créditos (2 créditos de extensão)

EMENTA

Evolução histórica e cultural da culinária brasileira. Alimentação como patrimônio para comunidades e povos tradicionais. Prática culinária tradicional brasileira com enfoque da sustentabilidade. Habilidades culinárias como prática de autonomia, pertencimento e emancipação. Cultura alimentar como produto turístico. Desenvolver ações planejadas de extensão com a participação de mestres dos saber da gastronomia da comunidade.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CASCUDO, L. C. **História da alimentação no Brasil**. Global Editora, 2023. ISBN: 8526015834

LEITE, M.S. Sociodiversidade, alimentação e nutrição indígena. In: BARROS, D. C., SILVA, D. O., and GUGELMIN, S. Â. (orgs). **Vigilância alimentar e nutricional para a saúde Indígena** [online], v. 1. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007, pp. 180-210. ISBN: 978-85-7541-587-0. Available from: doi: https://doi.org/10.7476/9788575415870.009

MONTANARI, M. **A comida como cultura**. 2ª Edição padrão 3. Editora SENAC São Paulo, 2008. ISBN: 8539603705.

ARAÚJO, Wilson Alves de et al. **Desenvolvimento local, turismo e populações tradicionais: elementos conceituais e apontamentos para reflexão. Interações** (Campo Grande), v. 18, n. 04, p. 05-18, 2017. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/inter/a/LPnFdBHDCPb48ZQ4RHCWYWv/?lang >.

SANTOS, Carolinne Melo dos. **O território e as resistências do povo indígena Jenipapo-Kanindé: um estudo sobre sua cultura alimentar**. 2023. Disponível em: < https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/73980 >.

MARCONDES, Daniella; RAIMUNDO, Sidnei. Povos tradicionais e turismo: o taus como instrumento Para gestão de conflitos? **Ambiente & Sociedade**, v. 22, p. e00351, 2019.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

LEITE, MS. **Transformação e persistência**: antropologia da alimentação e nutrição em uma sociedade indígena amazônica [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007. 239 p. ISBN 978-85-7541- 137-7.

REIS, R. C. **Os Tradicionais**: saúde e nutrição dos indígenas. Editora Baraúna. 2014.

HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DA ZONA COSTEIRA DO CEARÁ
68 horas – 4 créditos

EMENTA

As teorias sobre classes sociais e sujeitos coletivos. A estrutura de classes na sociedade brasileira, enfatizando as classes subalternas destacando a classe trabalhadora em suas condições de vida, trabalho, manifestações ideo-políticas e socioculturais. Movimentos sociais em suas relações de classe, gênero e étnico-raciais. Identidade e subjetividade na construção das lutas sociais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ANTUNES, Ricardo. Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil: na Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. São Paulo, Cortez, 1982.

BOGO, Ademar. Identidade e Luta de Classes. São Paulo. Expressão Popular, 2008.

BOITO, Armando Jr. Cena Política e Interesse de Classe na Sociedade Capitalista. In: Crítica Marxista, n. 15, 2002.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

GALDINO, José Wilson. Educação e movimentos sociais na pesca artesanal: o caso da Prainha do Canto Verde no litoral cearense. 312fl. Tese (doutorado) Universidade Federal do Ceará. Faculdade de educação – Fortaleza Ceará 2010. 1-Educação Popular. 2-Movimentos Sociais. 3-Pesca artesanal. I-Souza, José Ribamar Furtado (orientador).

LUKÁCS, Georg. História e Consciência de Classe: estudo sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MATTOS Marcelo B. Classes Sociais e Luta de Classes: a atualidade de um debate conceitual. Revista em Pauta, n. 20, Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

CULTURA E IDENTIDADE DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS

68 horas – 4 créditos (2 créditos de extensão)

EMENTA

Cultura e identidade. Identidade nacional. Identidades contemporâneas: gênero, sexualidade, religião, política. Etnicidade e processos de construção de identidades contrastivas e situacionais. Emergência étnica, política estatal e movimentos sociais. Estudo da formação do conceito de cultura, sua importância, abrangência e limites; ênfase nas relações entre cultura e identidade, em termos conceituais e também enquanto processos sociais. Aspectos sociológicos e antropológicos do turismo pautados no debate crítico-reflexivo sobre o turismo sustentável. Desenvolver ações planejadas de extensão com a participação de mestres dos saber da cultura da comunidade.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ALMEIDA, A. W. B. de (Org.); FARIAS JUNIOR, E. A. (Org.) **Povos e comunidades tradicionais**: nova cartografia social. Manaus: UEA Edições, 2013.

ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

LIMA, Márcia Ribeiro. Memorial de Canto Verde: saber de vida e luta do povo do mar. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará. 2017.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

HOSBAWN, E.; RANGER, T. **A Invenção das Tradições**. Tradução: Cavalcante, Celina C. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

PERES, S. **A Política da Identidade**: Associativismo e Movimento Indígena no Rio Negro. Manaus: Editora Valer, 2013.

GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS E GEOBIODIVERSIDADE COSTEIRA

68 horas – 4 créditos

EMENTA

Conceitos e princípios da Gestão de Recursos Naturais. Aspectos legais. Aspectos institucionais. Sistemas de gestão dos recursos naturais: minerais, pesqueiros e florestais. Instrumentos de gestão: regulatórios, econômicos, técnicos e educacionais. Métodos de apoio à gestão de recursos naturais. Conceitos básicos de áreas protegidas e unidades de conservação. Fundamentos de conservação e de preservação. Análise e aplicação de conceitos, teorias, modelos e métodos para a compreensão da geobiodiversidade. Resiliência e adaptação das mudanças climáticas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ALMEIDA, J. R. de. **Gestão ambiental para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Thex, 2010. 566 p.

BECHARA, E. **Licenciamento e compensação ambiental na lei do Sistema Nacional das Unidades de Conservação (SNUC).** São Paulo: Atlas, 2009. 295 p.

LIRA, W.S.; CÂNDIDO, G.A. **Gestão Sustentável dos Recursos Naturais**: Uma Abordagem Participativa. Campina Grande (PB): Eduepb, 2013.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

WILSON, E. O. (org.). 1997. **Biodiversidade**. Ed. Nova Fronteira. 657p

TURISMO CULTURAL E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL

68 horas – 4 créditos (2 créditos de extensão)

EMENTA

Conceitos de Patrimônio e sua relação com os campos da cultura e do meio ambiente. Evolução do conceito de Patrimônio na cultura ocidental. Importância do patrimônio no planejamento econômico e cultural. IPHAN. O Patrimônio da Humanidade. Analisar os aspectos históricos e as diversas manifestações culturais presentes na sociedade brasileira, em especial, na região Nordeste e no Ceará. Estudar o patrimônio cultural, memória e identidade ligados ao turismo, suas políticas de preservação, proteção e de conservação de bens culturais, sua espetacularização e transformação do patrimônio cultural pela hospitalidade, sob as bases da história e diversidade cultural da sociedade brasileira. Processo de desenvolvimento do turismo no Ceará e no Nordeste do Brasil e suas implicações para os patrimônios e a sustentabilidade socioambiental. Desenvolver ações planejadas de extensão com a participação de mestres dos saberes da história (guardiões da memória) da comunidade

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BORGES, V. L. B. Turismo Histórico-Cultural: volume único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2015. Disponível em: https://canal.cecierj.edu.br/recurso/15380. Acesso em: 13 nov. 2024.

LEAL, C. B.; TEIXEIRA, L. S.; CHUVA, M. **Patrimônio Cultural**. LEAL, C. B.; TEIXEIRA, M. C.; CHUVA, M. (Org.), v. 2, Rio de Janeiro: CECIERJ, 2014. Disponível em: https://canalcederj.cecierj.edu.br/recurso/13884. Acesso em: 12 nov. 2024.

PELEGRINNI FILHO, A. **Ecologia, cultura e turismo**. Campinas, SP: Papirus, 1993. 190 p.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CAMARGO, H. L. **Patrimônio Histórico e Cultural**. 2ª ed. São Paulo: Aleph, 2002;

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 3. Ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. 293 p

Prática Profissional Supervisionada Primeira etapa

5 - QUINTO SEMESTRE

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

68 horas – 4 créditos

EMENTA

Elaborar e apresentar o trabalho de conclusão do curso. Definição dos tipos de Trabalho de Conclusão. Descrição da estrutura da monografia e do artigo científico. Compreender a relevância do estudo para fins acadêmicos, sociais e gerenciais. Analisar aspectos éticos-legais em trabalhos científicos. Revisar obediência aos padrões impostos pela ABNT.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

TAKO, Karine Vaccaro; KAMEO, Simone Yuriko (organização). Metodologia da pesquisa científica: dos conceitos teóricos à construção do projeto de pesquisa. Campina Grande: Editora Amplla, 2023. 70 p.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Editora Feevale, 2013.
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. Cortez editora, 2017.
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ (UECE). Sistema de Bibliotecas. Guia de normalização de trabalhos acadêmicos. Organizadores: Ana Neri Barreto de Amorim, Cicero Davi Rodrigues da Paixão, Tainá Oliveira Silva Santos e Thelma Marylandia Silva de Melo. 3 ed. [recurso eletrônico]. Fortaleza, CE, 2020.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: informação e documentação — Citações em documentos — Apresentação. Rio de Janeiro, 2023.

Prática Profissional Supervisionada Segunda etapa
68 horas – 4 créditos
EMENTA
Orientar e supervisionar a prática de ensino-aprendizagem com caráter pedagógico marcado pela relação professor-aluno em torno de uma experiência não acadêmica. Propiciar a oportunidade para análise desta prática à luz dos conteúdos teóricos inseridos no curso.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
Hibridação Teoria X Prática. Os Movimentos Formativos do Estágio Curricular. Curitiba: Editora CVR, 2017.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BIANCHI, Anna Cecilia de Moraes; BIANCHI, Roberto; ALVARENGA, Marina. Manual de orientação: estágio supervisionado. SÃO PAULO: Cengage, 2009.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO COMUNITÁRIO

68 horas – 4 créditos

EMENTA

Evolução e características do processo de planejamento do turismo comunitário. Conceituação de Planejamento estratégico, planejamento tático, planejamento operacional. Diretrizes, operacionalização, acompanhamento e avaliações. Etapas do planejamento: Inventário, diagnóstico, prognóstico turístico e estratégias. Ética e planejamento turístico. Planejamento: objetivos, tempo e custos, fluxograma, cronograma, formação de equipes e fontes de pesquisa e avaliação.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

AMORIM, E.; FIGUEIRA, L. M.; SOARES, C. **Planejamento e organização do turismo** - 1° Edição. [S.l.]: InterSaberes. 226 p., 2015. ISBN 9788544301876.

MULLER, R. **Planejamento e organização do turismo**. Muller, R.; Da Silva, r. b. s. Indaial: Uniasselvi, 2011. Disponível em: https://www.uniasselvi.com.br/extranet/layout/request/trilha/materiais/livro/livro.php?codigo=13452. Acesso em: 12 nov. 2024.

RUSCHMANN, D. V. M.; SOLHA, K. T. **Planejamento Turístico**. [S.l.]: Manole. 360 p. ISBN 9788520415733

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

PACHECO, C. S. A; DE LIMA ELIAS, L. M. S. **Planejamento do Turismo Comunitário**: estudo de caso nas ilhas do município de Ananindeua (PA). Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur), v. 13, n. 2, 2020.

SAMPAIO, C. A. C.; FERNANDES, V.; PHILIPPI JR, A. A. **Metodologias PEC & SiGOS**: planejamento e gestão de turismo comunitário sustentável. Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo. Barueri: Manole, p. 151-171, 2010.

ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS E FESTIVAIS SUSTENTAVEIS EM COMUNIDADES TRADICIONAIS

68 horas – 4 créditos (2 créditos de extensão)

EMENTA

A importância dos eventos sustentáveis para o turismo das comunidades tradicionais. Natureza, caracterização e tipologia de eventos. Concepção de gestão de eventos sustentáveis, incluindo fases, processos de planejamento, organização, divulgação, execução e avaliação. Mostra as fases do planejamento, articuladas aos impactos e riscos, à logística, marketing e comunicação, uso de tecnologias, administração de espaços, recursos humanos, materiais e financeiros na organização dos eventos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FREUND, F. T. **Festas e recepções**: gastronomia, organização e cerimonial. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2011.

GIACAGLIA, M. C. **Eventos - como criar, estruturar e captar recursos**. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2005.

ZANELLA, L. C. **Manual de organização de eventos**: planejamento e operacionalização. São Paulo: Atlas, 2008.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ANDRADE, A. F.; GURGEL, F. F.; BRITO, L. M. P. **Sustentabilidade de Eventos Turístico-Culturais**: Um Estudo sobre o" Chuva de Bala no País de Mossoró". Revista Interdisciplinar de Gestão Social, v. 4, n. 3, 2015.

BRITTO, J.; FONTES, N. **Estratégias para eventos**: uma ótica do marketing e do turismo. 2ª ed. São Paulo: Aleph, 2010.

NOÇÕES DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS COMUNITÁRIOS

68 horas – 4 créditos (2 créditos de extensão)

EMENTA

Conhecimento sobre receita, custo e Lucro. Precificação de produtos e serviços turísticos locais. Método de Avaliação de Fluxo de Caixa. Capital de giro. Indicadores financeiros para controle do capital de giro. Análise de retorno de investimentos em empreendimentos comunitários. Microcréditos e seus tipos para o desenvolvimento local. Desenvolver ações planejadas de extensão com a participação da comunidade.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FARO, C.; LACHTERMACHER, G. (org.). **Introdução a Matemática Financeira**. Rio de Janeiro: FGV Editora; São Paulo: Saraiva, 2012.

PUCCINI, E. C. **Matemática financeira e análise de investimento**. 2. Ed. Reimp. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, Brasilia: CAPES: UAB, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

FERREIRA, R. G. **Matemática Financeira Aplicada**. São Paulo: Atlas, 2014.

VIEIRA SOBRINHO, J. D. **Matemática financeira**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

68 horas – 4 créditos

EMENTA

Desmistificação de ideias recebidas relativamente às línguas de sinais. A língua de sinais como língua utilizada pela comunidade surda brasileira. Introdução à Língua Brasileira de Sinais: usar a língua em contextos que exigem comunicação básica, como se apresentar, realizar perguntas, responder perguntas e dar informações sobre alguns aspectos pessoais. Conhecer aspectos culturais específicos da comunidade surda brasileira.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ALBRES, Neiva de Aquino; VILHALVA, Shirley. Língua de sinais: processo de aprendizagem como segunda língua. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2004. Disponível em: http://www.editora-arara-azul.com.br/pdf/artigo12.pdf. Acesso em: 17 jul. 2018.

FELIPE, Tânia A. LIBRAS em contexto: curso básico. Livro do Estudante. 8. ed. Brasília: MEC, 2007.

OLIVEIRA, José Carlos de. Didática e Educação de surdos. Paraná: Unicentro, 2015. Disponível em: http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/123456789/950/5/DID%C3%81TICA%20E%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20DE%20SURDOS.pdf . Acesso em: 25 abr. 2022.

QUADROS, Ronice Müller de. Educação de surdos: aquisição da linguagem. Porto Alegre: ArtMed, 2008. Recurso eletrônico.

SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE EM SERVIÇOS TURÍSTICOS

68 horas – 4 créditos

EMENTA

Conceitos da gestão da qualidade relacionada ao turismo sustentável. Fundamentos da qualidade e modelos de gestão nos serviços turísticos. Ferramentas para o controle e melhoria da qualidade. Ferramentas de gestão da satisfação dos clientes do turismo. Gerência Participativa de Turismo Comunitário. Princípios da melhoria contínua visando a sustentabilidade ambiental. Sistemas de certificação e auditoria em empreendimentos turísticos. Definição dos indicadores de qualidade, de medição e desempenho.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BLANC, I.; NOVO, O. **Gestão da qualidade e de crises em negócios do turismo**. São Paulo: Senac, 2018.

MONDO, T. S. **Gestão da Qualidade em Destinos e Equipamentos Turísticos**. Jundiaí (SP): Paco Editorial, 2019.

VIEIRA, E. V. **Qualidade em Serviços Hoteleiros**: a Satisfação do Cliente é Função de Todos. Caxias do Sul (RS): Educs, 2004.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

JURAN, J. M. A **Qualidade desde o Projeto**: Novos Passos para o Planejamento da Qualidade em Produtos e Serviços. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

MAGALHÃES, M. F. **Qualidade na prestação de serviços**: agregando valor às organizações. São Paulo: Senac, 2018

ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO DE DESTINOS TURÍSTICOS EM COMUNIDADES PESQUEIRAS

68 horas – 4 créditos

EMENTA

Estudo da organização do espaço em comunidades pesqueiras, com enfoque na interação entre atividades turísticas e pesca artesanal. Análise das propostas teóricas e metodológicas da Geografia brasileira relacionadas à atividade pesqueira, considerando os aspectos de pertencimento, conflitos territoriais e organização produtiva. Discussão sobre resistências territoriais e os impactos da modernização do território brasileiro, destacando o papel do Estado e a negação dos lugares de pertencimento das comunidades pesqueiras. Reflexão crítica sobre a integração dessas comunidades em destinos turísticos sustentáveis, respeitando sua identidade cultural, organização social e potencial econômico.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Mar, pesca e aquicultura**: elementos para o estudo de geografia do Brasil. GPET: UFSM, 2012. 121p.

DE PAULA, Cristiano Quaresma de; SILVA, Christian Nunes da; SILVA, Catia Antonia da. (orgs.) **Geografia & Pesca Artesanal Brasileira**. Volume 1. Belém, Ed. Gapta, 2019.

DE PAULA, Cristiano Quaresma de; SILVA, Christian Nunes da; SILVA, Catia Antonia da. (orgs.) **Geografia & Pesca Artesanal Brasileira**. Volume 2. Belém, Ed. Gapta, 2019.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DIEGUES, Antônio Carlos. Cultura Marítima, Conhecimento e Manejo Tradicional na Resex Marinha do Arraial do Cabo. São Paulo, 2007.

PALHETA, João Márcio; SILVA, Christian Nunes da. (Org.) **Pesca e territorialidades: contribuições para análise espacial da atividade pesqueira**. Belém: GAPTA/UFPA, 2011. v. 1. 240p .

PROST, Catherine; SILVA, Catia Antonia (Orgs.). **Espaços Costeiros Brasileiros**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016. v. 1. 121p.

SILVA, Catia Antonia. **Política pública e território**: desafios para efetivação de direitos dos pescadores artesanais no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro. Editora Consequência, 2015. 125p.

18 PLANO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS DOCENTES

O Plano de Afastamento de Docente Pós-Graduação e Pós-Doutorado (PAPGPD) da UECE estabelece para um triênio, as metas para execução desse programa para cada Unidade Acadêmica. Para atingir essas metas, a UECE incentiva a participação

dos docentes em cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu, oferecendo condições para a realização desses cursos, dentro do interesse e das possibilidades da Instituição e das aspirações do docente.

19 PLANO DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

O ingressante poderá aproveitar estudos de outras IES, da própria UECE conforme regulamentação da Resolução Nº 4624/2021 - CEPE, de 07 de maio de 2021 que "Dispõe sobre o aproveitamento de estudos dos que ingressam nos cursos de graduação da Uece mediante vestibular, mudança de curso, transferência ou como graduado".

20 PROGRAMAS DE BOLSA E APOIO DISCENTE

A UECE, enquanto instituição pública alimenta seus três pilares básicos – ensino, pesquisa e extensão - e seus cursos devem ter clareza da importância de estimular a participação dos seus docentes e discentes nestas atividades. O resultado desta integração proporciona aos alunos a experiência de situações vivenciais que completam a bagagem profissional de suas formações curriculares.

O ensino, no que diz respeito à formação propriamente dita, o possibilitará ao aluno a imersão no conhecimento, sejam com enfoques históricos, críticos, analíticos, técnicos e práticos.

A Iniciação Cientifica, por sua natureza transformadora, oferece a possibilidade de inovação e experimentação. Vivenciar a pesquisa é um grande estímulo para que o futuro profissional se aproxime deste campo de grande importância social, cultural e tecnológica.

20.1 Grupos, Linhas e Projetos de Pesquisa

A UECE desenvolve ações de iniciação científica que têm como objetivos:

- Iniciar os alunos na prática da pesquisa científica
- Estimular a formação científica, crítica e criativa dos alunos;
- Estimular a formação de grupos de pesquisa, envolvendo o corpo docente e discente;
- Preparar o aluno participante das pesquisas de iniciação científica

A proposta de Iniciação Cientifica está articulada conjuntamente com a Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPgPq), que anualmente oferece bolsas para alunos desenvolverem projetos de pesquisa, os quais foram encaminhados por professores, na maioria doutores, para avaliação pela -PROPgPq.

20.2 Projetos de Extensão

A extensão universitária completa o conjunto, enquanto processo educativo, cultural e científico, articulado ao ensino e à iniciação científica de forma indissociável, envolve a comunidade, podendo ser extremamente importante para os estudantes, aproximando-os de sua realidade local e, com isso, realçar seu papel de profissional.

O corpo docente deverá incentivar a participação discente em grupos de estudos, projetos de pesquisa, programas de iniciação científica e programas de extensão, de acordo com as seguintes Resoluções abaixo:

- Resolução nº 3259-CEPE, de 14 de dezembro de 2009, que aprova o fluxo de processo para institucionalização de projetos de pesquisa;
- Resolução nº 3260-CEPE, de 14 de dezembro de 2009, que aprova o fluxo de processo para institucionalização de grupos de estudos;
- Resolução nº 3261-CEPE, de 14 de dezembro de 2009, que aprova o fluxo de processo para a institucionalização de atividade de extensão;
- Resolução nº 3258-CEPE, de 14 de dezembro de 2009, que aprova o fluxo de processo para institucionalização de grupos de pesquisa.

21 **CONVÊNIOS, COOPERAÇÃO E MOBILIDADE ACADÊMICA**

A UECE tem uma política de internacionalização instituída pela Resolução 1415/2018 - CONSU, de 07 de maio de 2018, viabilizada pelos seis eixos de ações do Escritório de Cooperação Internacional (ECInt), previstos na resolução 1682/2021 - CONSU de 14 de 06 de 2021.

São objetivos da política de Internacionalização da UECE:

I- Promover o aumento da qualidade das atividades de educação superior por meio da cooperação com parceiros estrangeiros.
II- Criar espaço de interculturalidade por meio das trocas entre pessoas de diferentes países e culturas.
III- Ampliar o espírito de cooperação científica entre pesquisadores da UECE e pesquisadores de parceiros estrangeiros.
IV- Estimular parcerias produtoras de inovação tecnológica e social para desenvolvimento do Estado do Ceará.

São eixos de ação do Escritório de Cooperação Internacional da UECE:

I- Convênios e Cooperação Internacional.
II- Mobilidades Acadêmicas Internacionais.
III- Idiomas.
IV- Comunicação Institucional e Eventos.
V- Planejamento e Avaliação.
VI- Função Administrativa e Apoio Acadêmico.

22 **ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

A UECE conta com o Núcleo de Apoio à Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e Mobilidade Reduzida – NAAI, considerando dentre outras, a Lei Estadual nº 16.197/2017 que dispõe sobre a instituição do sistema de cotas nas instituições de Ensino Superior do Estado do Ceará.

De acordo com a Resolução N° 1710/2021 de 14 de outubro de 2021 – CONSU, o NAAI é um órgão vinculado ao Gabinete da Reitoria, presente em todos os *campi* da Universidade Estadual do Ceará, tendo um corpo técnico formado por audiodescritores, intérpretes de Libras, pedagogos, assistentes sociais, psicólogos, terapeutas ocupacionais, dentre outros profissionais, terceirizados ou vinculados ao quadro efetivo do Sistema FUNECE/UECE, atendendo a pessoas com deficiência auditiva, visual, física ou

intelectual ou com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação; pessoas surdas, letradas em LIBRAS; pessoas com transtornos do espectro autista e pessoa com mobilidade reduzida.

São atribuições do corpo técnico do NAAI, dispostas no artigo 10° do seu regimento:

I. auxiliar os servidores(as) docentes e técnico-administrativos a desenvolver boas práticas no âmbito da comunicação interpessoal de forma acessível e inclusiva junto ao público do NAAI;
II. auxiliar os(as) docentes no planejamento e na organização de suas atividades docentes de forma a torná-las acessíveis e inclusivas;
III. promover e participar de processos de formação dos servidores docentes e técnico-administrativos;
IV. auxiliar na adaptação de material didático pedagógico para usuários cegos, surdos ou com outras deficiências;
V. auxiliar os servidores docentes e técnico-administrativos na comunicação com alunos e demais servidores da universidade com deficiência auditiva e pessoas surdas que necessitam comunicar-se na Língua Brasileira de Sinais;
VI. auxiliar os servidores docentes e técnico-administrativos, bem como estudantes da graduação e da pós-graduação que necessitem de auxílio à locomoção em função de deficiência física ou mobilidade reduzida;
VII. manipular ferramentas assistivas necessárias ao acompanhamento de servidores docentes e técnico-administrativos que requeiram digitalização de documentos, gravadores, materiais ampliados, lupas, lupas eletrônicas, *scanners* com sintetizador de voz, impressora em Braile, computadores com interface acessível e outras tecnologias assistivas;
VIII. colaborar com a acessibilidade em eventos presenciais e/ou remotos como aulas, exames seletivos, congressos, assembleias, mostras, festivais, feiras e outros, mediante acesso a:
    a. Língua Brasileira de Sinais (Libras), quando houver participantes surdos que se comuniquem nessa língua;
    b. Audiodescrição (AD), quando houver participantes cegos e com baixa visão;
    c. Braile, quando houver cegos que conheçam a comunicação tátil;
    d. Legendas acessíveis quando houver surdos, idosos e outros participantes que apresentem dificuldades na audição;
    e. Libras tátil para participantes surdocegos;
    f. Comunicação alternativa e ampliada (CAA) com guia-intérprete quando houver participante com ausência ou defasagem na expressão verbal, isto é, que não falem ou não consigam falar ou escrever de maneira compreensível.

Ainda de acordo com a resolução 1710/2021 – CONSU, no capítulo III, sobre a organização administrativa, parágrafo §2º do Art. 10: Os profissionais do corpo técnico devem atuar em suas áreas específicas para auxiliar no acesso, na permanência e no desenvolvimento acadêmico e profissional de estudantes e de servidores docentes e técnico-administrativos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e mobilidade reduzida, em atendimento à Lei Brasileira de Inclusão (Lei n.º 13.146/2015, art. 3° V, IX, XII, XIII e XIV) que garante a:

I. pessoas com deficiência auditiva, visual, física ou intelectual ou com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, o direito a um atendente pessoal, profissional de apoio ou acompanhante;
II. pessoas surdas, letradas em LIBRAS, o direito de serem acompanhadas em suas aulas na graduação e pós-graduação, da mesma forma que alunos surdocegos devem ser acompanhados por Libras Tátil ou comunicação alternativa, com guia-intérprete;
III. pessoas com transtornos do espectro autista, o direito a acompanhantes, desde que devidamente atestado, mediante parecer biopsicossocial, realizado por equipe multiprofissional e interdisciplinar;
IV. pessoa com mobilidade reduzida: aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso.

23 **INFRAESTRUTURA DO CURSO**

A Educação a Distância, embora prescinda da relação face a face em todos os momentos do processo de ensino e aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre estudantes, professores formadores, tutores e orientadores. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica. Entre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

a) implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
b) produção e/ou organização do material didático apropriado à modalidade;
c) processos próprios de orientação e avaliação;
d) monitoramento do percurso do estudante; e
e) criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de ensino aprendizagem.
f) Para este curso, a estrutura e a organização do sistema, que dá suporte à ação educativa, preveem a organização de uma rede comunicacional e de produção do material didático.

Rede comunicacional

g) Torna-se necessário o estabelecimento de uma rede comunicacional que possibilite a ligação dos vários Polos com a Ipes e entre eles. Para tanto, é imprescindível a organização de estruturas física e acadêmica na Ipes, com a garantia de:
h) manutenção de equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso;
i) designação de coordenador que se responsabilize pelo acompanhamento acadêmico e administrativo do curso;
j) manutenção dos núcleos tecnológicos na Ipes e nos Polos, que deem suporte à rede comunicacional prevista para o curso; e
k) organização de um sistema comunicacional entre os diferentes Polos e a Ipes.

O material didático configura-se como dinamizador da construção curricular e balizador metodológico. Oportuniza-se o acesso a materiais que estão disponíveis no Educapes e em outros sites de domínio público. Ressalte-se que a bibliografia

recomendada seguiu a orientação de indicar materiais que possam ser facilmente encontrados na internet.

A tutoria no curso, como componente fundamental do sistema, tem a função de realizar a mediação entre o estudante e o material didático de curso. Nesse sentido, o tutor não deve ser concebido como sendo um "facilitador" da aprendizagem, ou um animador, ou um monitor.

A tutoria é um dos elementos do processo educativo que possibilita a ressignificação da educação a distância por possibilitar o rompimento da noção de tempo/espaço da escola tradicional. O processo dialógico que se estabelece entre estudante e tutor deve ser único, e o tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo "distância", deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas e as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Na fase de planejamento, o tutor deve participar da discussão com os professores formadores a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e da avaliação de aprendizagem.

No desenvolvimento do curso, o tutor é responsável pelo acompanhamento e pela avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação: em que nível cognitivo se encontra, que dificuldades apresenta, se ele se coloca em atitude de questionamento reconstrutivo, se reproduz o conhecimento socialmente produzido necessário para compreensão da realidade, se reconstrói conhecimentos, se é capaz de relacionar teoria e prática, se consulta bibliografia de apoio, se realiza as tarefas e exercícios propostos, como estuda, quando busca orientação, se ele se relaciona com outros estudantes, se participa de organizações ligadas à sua formação profissional ou a movimentos sociais locais.

Além disso, o tutor deve, nesse processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem.

Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação específica, em termos de aspectos político-pedagógicos da educação a distância e da proposta teórico-metodológica do curso. Essa formação deve ser oportunizada pela Ipes antes do início e ao longo do curso.

23.1 **Estrutura Física**

Como meios para interlocução, poderão ser utilizados:

- ambiente virtual, com recursos de fórum, chat, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros;
- videoaulas;
- telefone;
- redes sociais;
- aplicativos de troca de mensagens instantâneas;
- e-mail;

23.2 **Encontros presenciais**

Os encontros presenciais envolverão os atores pedagógicos e administrativos dos subsistemas do Curso, notadamente aqueles que atuam nos polos de apoio presencial. Entretanto, o planejamento é feito com a supervisão da coordenação, mas sob a tutela dos professores formadores que definirão ações a serem desenvolvidas presencialmente, que podem envolver: realização de provas, apresentação de palestras, aulas, realização de seminários, apresentação de pesquisas desenvolvidas, defesas de TCC, visitas técnicas e integração social da comunidade acadêmica e a aulas para abertura e fechamento de disciplinas que no curso serão denominadas de Encontro Inicial (EI) e Encontro Final (EF).

A finalidade do EI é fazer a predição da disciplina, ou seja, dar oportunidade ao aluno, através de atividades planejadas pela equipe pedagógica, de conhecer de modo geral os conteúdos da disciplina, sua importância para o curso, bem como conhecer sua aplicação e/ou relação com a comunidade.

Considerando as especificidades do EaD, em que muitas vezes não é possível um professor para cada turma/polo de apoio presencial, a coordenação deverá fazer um rodízio para indicar qual turma/polo de apoio presencial irá contar com a presença do professor ou professores da disciplina. Os outros polos participarão da aula unicamente com a presença do tutor presencial, que conduzira as atividades, caso tenham sido planejadas pelos professores, ou simplesmente acompanharão os estudantes na transmissão da aula por web conferência, por meio da RNP ou outra plataforma que melhor atender às necessidades tecnológicas dos polos de apoio presencial.

Já os EFs, visam na maioria das vezes, levar os alunos a desenvolverem e/ou apresentar pesquisas teórico-empíricas. Esta atividade além de seu caráter cognitivo busca desenvolver nos alunos competências e habilidades essenciais aos egressos de cursos de administração: trabalhar em equipe, liderança, iniciativa, autonomia, criatividade, habilidade oral etc., além de primar pela socialização dos estudantes. Para consecução deste encontro, caso os professores formadores tenham planejado atividades de seminários ou semelhantes, o polo poderá contar também com a participação do tutor a distância nestas atividades. Sendo prescindida a sua presença quando se tratar apenas de aplicação de prova.

Os encontros com o tutor presencial, por sua vez, consistem na promoção de atividades para rever o conteúdo das unidades iniciais e finais, por meio de encontros individuais ou em grupo, para estimular não somente a aprendizagem do conteúdo programático, mas também a socialização e a motivação para realização das atividades.

23.3 Laboratórios de ensino e de pesquisa e Equipamentos

Em razão de uma das principais características da EAD, a dupla relatividade do espaço e do tempo, é importante o uso de ferramentas que operacionalizem o processo de comunicação e a troca de informação nas suas formas sincrônica e diacrônica.

As ferramentas utilizadas nos processos de comunicação sincrônica serão: celular e web conferência, como processos de comunicação diacrônicos, serão utilizados: fóruns, e-mails, chat por celular e outros que possam surgir por demanda da UECE e dos estudantes.

Cada turma terá acesso à estrutura de comunicação sincrônica e diacrônica e será orientada pelo tutor sobre a forma e os momentos de uso de cada uma delas. Como sujeito que participa ativamente do processo avaliativo, o estudante será informado por seu tutor e pelo professor formador sobre o que está sendo avaliado, a partir de que critérios, se a

atividade que lhe é proposta é objeto de avaliação formal, o que se espera dele naquela atividade etc.

Em outras palavras, a postura de avaliação assumida no processo de ensino aprendizagem do curso pressupõe, por um lado, a compreensão do processo epistêmico de construção do conhecimento e, por outro, a compreensão da ação de avaliar como processo eminentemente pedagógico de interação contínua entre estudante-conhecimento-tutor-professor formador.

23.4 **Recursos e Materiais de Apoio Administrativo-Didático-Pedagógico**

A proposta da UAB/UECE, no que tange à oferta de cursos de graduação e pós-graduação na modalidade de educação a distância, busca incorporar o uso das novas tecnologias e o crescente grau de interatividade que tem permitido alterar as relações de tempo e de espaço, caminhando para uma convergência entre o real e o virtual. Isso leva a redefinir os limites entre o que seja educação presencial e educação a distância e a criação de um modelo de oferta que, na literatura internacional, se denomina blended learning, e que se pode traduzir como cursos híbridos.

O curso, na modalidade a distância, portanto, está planejado para ser ofertado nos Polos de Apoio Presencial relacionados à UAB, mas também por meio de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA). A existência de 39 polos de apoio presencial em 37 dos municípios cearenses facilita o modelo blended learning, em que não somente os recursos de tecnológicos de informação e comunicação são importantes, mas também a presença de profissionais formados para atendimento ao estudante, quer presencialmente, quer por meio das TICs.

Para isso, não restam dúvidas do quanto é fundamental a participação da UECE nos editais da UAB para ofertas desses cursos, assim como a realização de parcerias com outras organizações no âmbito público.

24 ACERVO BIBLIOGRÁFICO

Quadro 7: Livro disponível Educapes

Disciplinas Teóricas	**Livro disponível Educapes**
Introdução a EAD	Introdução a Educação a Distância
Teoria Geral do Turismo	Fenomenologia do Turismo
Fundamentos de Sociologia e Antropologia do Turismo	Sociologia do Turismo
Turismo Comunitário e fortalecimento do território	Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Metodologia da Pesquisa Científica em Turismo	Metodologia da Pesquisa em Turismo
Políticas Públicas e Legislação para o Turismo Comunitário	Políticas Públicas de Turismo Legislação Turística

Língua Estrangeira para o Turismo	Espanhol e Inglês básico
Novas Economias aplicadas ao Turismo Comunitário	Fundamentos da Economia Conceitos Básicos de Economia solidária
Participação Social na Gestão do Turismo Comunitário	Gestão social e participação popular
Comunicação Popular e Marketing para Turismo Comunitário	Marketing Turístico
Cultura e Identidade das Comunidades Tradicionais	
Turismo Comunitário e interação com Outras Cadeias Produtivas	
Hospitalidade e Turismo Comunitário	
Organização de Eventos e Festivais Sustentáveis em Comunidades Tradicionais	
Ética e Direitos Humanos	Ética e Turismo
Gestão Socioambiental em Destinos Turísticos Comunitários	Sustentabilidade e Responsabilidade Social
Cultura Alimentar em Comunidades Tradicionais	Sustentabilidade e Responsabilidade Social
Noções de Gestão em Empreendimentos Comunitários	Matemática Financeira
Empreendedorismo e Inovação Social em Turismo Comunitário	Administração, empreendedorismo e inovação
Turismo Cultural e Valorização do Patrimônio Imaterial	Patrimônio Cultural

ALBRES, Neiva de Aquino; VILHALVA, Shirley. Língua de sinais: processo de aprendizagem como segunda língua. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2004. Disponível em: http://www.editora-arara-azul.com.br/pdf/artigo12.pdf. Acesso em: 17 jul. 2018.

ALBUQUERQUE, J. L. (Org.). Gestão ambiental e responsabilidade social: conceitos, ferramentas e aplicações. São Paulo: Atlas, 2009.

ALENCAR, A. V. S.; AGUIAR, F. P. De. Fundamentos de economia. Fortaleza: UAB/IFCE, 2 ed., 2013.

ALMEIDA, A. W. B. de (Org.); FARIAS JUNIOR, E. A. (Org.) Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social. Manaus: UEA Edições, 2013.

ALMEIDA, J. R. de. Gestão ambiental para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Thex, 2010. 566 p.

AMORIM, E.; FIGUEIRA, L. M.; SOARES, C. Planejamento e organização do turismo - 1° Edição. [S.l.]: InterSaberes. 226 p., 2015. ISBN 9788544301876.

ANDERSON, B. Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, A. F.; GURGEL, F. F.; BRITO, L. M. P. Sustentabilidade de Eventos Turístico-Culturais: Um Estudo sobre o" Chuva de Bala no País de Mossoró". Revista Interdisciplinar de Gestão Social, v. 4, n. 3, 2015.

ANDRADE, R. O. B de. Gestão ambiental: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável. 2. ed. São Paulo: Makron, 2004.

ANSARAH, M. G. R. (org). Turismo: Segmentação de Mercado. Futura: São Paulo, 2002.

ARAÚJO, E. R. Conceitos básicos de economia solidária. Fortaleza, 2020

ARAÚJO, F. M. G. De. Espanhol básico. Fortaleza: UAB/IFCE, 2014.

ARAÚJO, M. N. F. De. Turismo Comunitário no Pan-Amazônica: tecnologias sociais do Brasil, Bolívia e Peru. Belém: NAEA, 2024.

ARAÚJO, M. N. F. De; VASCONCELOS, M. A. De. Cartilha de Turismo Comunitário. São Luís, Maranhão: EDUFMA, 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: informação e documentação — Citações em documentos — Apresentação. Rio de Janeiro, 2023.

BANDA, B. A. Espanhol para hotelaria. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

BANDA, B. A. Espanhol para profissional de turismo. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

BAPTISTA, M. V. Planejamento social: intencionalidade e instrumentação. 2. ed. São Paulo: Veras, 2010. 155 p. (Série livro texto; n.1).

BASQUEROTE, A. T. (Organizador). Geografia: espaço, ambiente e sociedade 2.Editora Atena, 2021.ISBN: 978-65-5983-785-4

BECHARA, E. Licenciamento e compensação ambiental na lei do Sistema Nacional das Unidades de Conservação (SNUC). São Paulo: Atlas, 2009. 295 p.

BENI, M. C. Análise Estrutural do Turismo. São Paulo. Ed. Senac, 2001.

BENI, M. C. Política e planejamento de turismo no Brasil. São Paulo: Aleph, 2006.

BEZERRA, M. O. Política, Governo e participação popular: conselhos, orçamento participativo e outras experiências. Rio de Janeiro: Letras, 2012.

BIANCHI, Anna Cecilia de Moraes; BIANCHI, Roberto; ALVARENGA, Marina. Manual de orientação: estágio supervisionado. SÃO PAULO: Cengage, 2009.

BIGNETTI, L. P. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. Ciências Sociais Unisinos, v. 47, n. 1, p. 3–14, 2011.

BLANC, I.; NOVO, O. Gestão da qualidade e de crises em negócios do turismo. São Paulo: Senac, 2018.

BOGO, Ademar. Identidade e Luta de Classes. São Paulo. Expressão Popular, 2008.

BOITO, Armando Jr. Cena Política e Interesse de Classe na Sociedade Capitalista. In: Crítica Marxista, n. 15, 2002.

BORGES, C. I. O. S. O turismo comunitário em comunidades tradicionais na zona costeira do Ceará: em foco a experiência da Rede Tucum. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

BORGES, V. L. B. Turismo Histórico-Cultural: volume único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2015. Disponível em: https://canal.cecierj.edu.br/recurso/15380. Acesso em: 13 nov. 2024.

BOULLON, R. C. Planejamento do Espaço Turístico. São Paulo: EDUSC, 2002

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Secretaria de Agricultura Familiar. Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar. 2012. Disponível em: https://www.institutobrasilrural.org.br/download/20120220101524.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

BRITTO, J.; FONTES, N. Estratégias para eventos: uma ótica do marketing e do turismo. 2ª ed. São Paulo: Aleph, 2010.

BURGOS, A.; MERTENS, F. As redes de colaboração no Turismo Comunitário: implicações para a gestão participativa. Revista Tourism & Management Studies, v. 12, n. 2, 2016.

CAMARGO, H. L. Patrimônio Histórico e Cultural. 2ª ed. São Paulo: Aleph, 2002;

CARDOSO, Eduardo Schiavone. Mar, pesca e aquicultura: elementos para o estudo de geografia do Brasil. GPET: UFSM, 2012. 121p.

CARVALHO, L. C. P. de; VASCONCELLOS, M. A. S. de. Introdução à economia do turismo. São Paulo: Saraiva, 2005.

CASCUDO, L. C. História da alimentação no Brasil. Global Editora, 2023. ISBN: 8526015834

CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Turismo rural e agricultura familiar: iniciativas e inovações. Anais (ANAIS DO VII CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CITURDES). Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em: https://www.ufrgs.br/mercados/sumarios/anais7.pdf. Acesso em 12 nov. 2024.

COOPER, C. et al. Turismo: princípios e práticas. Porto Alegre: Bookman, 2007.

CORRÊA, D. M. Introdução à educação a distância e AVEA. 2. ed. Florianópolis: IFSC, 2014.

COSTA, P. C. Unidades de Conservação: matéria prima do ecoturismo. São Paulo: Aleph, 2002.

CRUZ, R. C. A. da. Políticas de turismo e território. São Paulo: Contexto, 2000.

CRUZ, Rita de Cássia. Política de turismo e território. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

DANTAS, E. M.; MORAIS, I. R. D. Organização do Espaço. 2 ed. Natal: EDUFRN, 2012. http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/203582

DE BIAGGI, E. T. Krieck & STAVALE, Emeri De Biaggi. Enjoy you Stay!: Inglês Básico para Hotelaria e Turismo. São Paulo: Disal, 2004.

DE CARVALHO, R. F. et al. Turismo, desenvolvimento sustentável e direitos humanos: O programa “Viaja Mais Melhor Idade”. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, v. 6, n. 3, p.

290-304, 2012. Disponível em: https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/500. Acesso em: 12 nov. 2024.

DE PAULA, Cristiano Quaresma de; SILVA, Christian Nunes da; SILVA, Catia Antonia da. (orgs.) Geografia & Pesca Artesanal Brasileira. Volume 1. Belém, Ed. Gapta, 2019.

DE PAULA, Cristiano Quaresma de; SILVA, Christian Nunes da; SILVA, Catia Antonia da. (orgs.) Geografia & Pesca Artesanal Brasileira. Volume 2. Belém, Ed. Gapta, 2019.

DIEGUES, Antônio Carlos. Cultura Marítima, Conhecimento e Manejo Tradicional na Resex Marinha do Arraial do Cabo. São Paulo, 2007.

EDMUNDSON, M. V. A. S. Leitura e Compreensão de textos no livro didático de língua inglesa. João Pessoa. Editora do CEFET-Pb. 2004

FABRÍCIO, A. C. B. Turismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade. Curitiba: Intersaberes, 1a edição, 2015.

FABRINO, N. H.; NASCIMENTO, E. P. do; COSTA, H. A. Turismo Comunitário: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas. Caderno Virtual de Turismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro Río de Janeiro, Brasil v. 16, n. 3, pp. 172-190, 2016.

FAIRCLOUGH, N. Discurso e mudança social. Brasília: Editora UnB, 2016.

FALCÃO, M. T. S. Sociologia do Turismo. JOYE, C. R. (Coord._. Fortaleza: UAB/IFCE, 2010.

FARO, C.; LACHTERMACHER, G. (org.). Introdução a Matemática Financeira. Rio de Janeiro: FGV Editora; São Paulo: Saraiva, 2012.

FEIDEN, A.; MARQUES, C. A.; FERRARI, C. T. DA; R. R., MARCELINO, D.; RECALCATTI, J. F.; HANZEN, M.; ZONIN, W. J. Turismo rural integrado a agricultura familiar: experiência da propriedade D'mary Morangos de Serranópolis do Iguaçu – PR. Revista De Gestão E Secretariado, 14(3), 4012–4021, 2023. https://doi.org/10.7769/gesec.v14i3.1866

FELIPE, Tânia A. LIBRAS em contexto: curso básico. Livro do Estudante. 8. ed. Brasília: MEC, 2007.

FERREIRA, R. G. Matemática Financeira Aplicada. São Paulo: Atlas, 2014.

FERRELL, O. C.; HARTLINE, M. D. Estratégia de marketing: Teoria e Casos. 3. ed. São Paulo: Cengage, 2017.

FISCHER, T.; ROESCH, S.; MELO, V. P. (org.). Gestão do desenvolvimento territorial e residência social: casos para ensino. Salvador: EDUFBA, CIAGS/UFBA, 2006.

FLORES, L. Empreendedorismo em ação: construindo futuros de sucesso. Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2024.

FONSECA, M. C. L. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3. Ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. 293 p

FREUND, F. T. Festas e recepções: gastronomia, organização e cerimonial. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2011.

GALDINO, José Wilson. Educação e movimentos sociais na pesca artesanal: o caso da Prainha do Canto Verde no litoral cearense. 312fl. Tese (doutorado) Universidade Federal do Ceará. Faculdade de educação – Fortaleza Ceará 2010. 1-Educação Popular. 2-Movimentos Sociais. 3-Pesca artesanal. I-Souza, José Ribamar Furtado (orientador).

GIACAGLIA, M. C. Eventos - como criar, estruturar e captar recursos. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2005.

GONZÁLEZ, P. V. Como dizer tudo em espanhol em viagens: fale a coisa certa em qualquer situação de viagem. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

HACK, J. R. Introdução à educação a distância. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.

HALL, G. M. Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos. São Paulo: Contexto, 2001.

Hibridação Teoria X Prática. Os Movimentos Formativos do Estágio Curricular. Curitiba: Editora CVR, 2017.

HONNETH, A. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

HOSBAWN, E.; RANGER, T. A Invenção das Tradições. Tradução: Cavalcante, Celina C. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

HOWKINS, J. Economia Criativa: Como Ganhar Dinheiro com Ideias Criativas. 1ª Edição, Editora M. Books, 272 p., 2012.

HUDSON, I.; HUDSON, S. Marketing para turismo, hospitalidade e eventos: uma abordagem global e digital. SENAC São Paulo, 1ª edição, 2020.

JOYE, C. R. Metodologia da pesquisa em turismo. Fortaleza: UAB/IFCE, 2009. Disponível em: https://canalcederj.cecierj.edu.br/recurso/8741. Acesso em: 10 out. 2024.

JURAN, J. M. A Qualidade desde o Projeto: Novos Passos para o Planejamento da Qualidade em Produtos e Serviços. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

KINKER, S. Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais. Campinas, SP: Papirus, 2002

KOTLER, P.; KARTAJAYA, H.; SETIAWAN, I. Marketing 4.0: Do tradicional ao digital. 3. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2017. Recurso digital.

KUAZAQUI, E. Marketing turístico e de hospitalidade: fonte de empregabilidade e desenvolvimento para o Brasil. São Paulo: Makron, 2000

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LEAL, C. B.; TEIXEIRA, L. S.; CHUVA, M. Patrimônio Cultural. LEAL, C. B.; TEIXEIRA, M. C.; CHUVA, M. (Org.), v. 2, Rio de Janeiro: CECIERJ, 2014. Disponível em: https://canalcederj.cecierj.edu.br/recurso/13884. Acesso em: 12 nov. 2024.

LEITE, M.S. Sociodiversidade, alimentação e nutrição indígena. In: BARROS, D. C., SILVA, D. O., and GUGELMIN, S. Â. (orgs). Vigilância alimentar e nutricional para a saúde Indígena [online], v. 1. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007, pp. 180-210. ISBN: 978-85-7541-587-0. Available from: doi: https://doi.org/10.7476/9788575415870.009

LEITE, MS. Transformação e persistência: antropologia da alimentação e nutrição em uma sociedade indígena amazônica [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007. 239 p. ISBN 978-85-7541- 137-7.

LIMA, Márcia Ribeiro. Memorial de Canto Verde: saber de vida e luta do povo do mar. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará. 2017.

LIRA, W.S.; CÂNDIDO, G.A. Gestão Sustentável dos Recursos Naturais: Uma Abordagem Participativa. Campina Grande (PB): Eduepb, 2013.

LITTO, F. M.; FORMIGA, M. Educação a Distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009.

LUCAS, M. R. et al. Desenvolvimento Sustentável, Economia Circular e Educação Empreendedora. Pesquisa em inovação: múltiplos olhares rumo a uma convergência formativa (recurso eletrônico), p. 13-30, 2019. Disponível em: https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/25855

LUKÁCS, Georg. História e Consciência de Classe: estudo sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MACEDO, A. P. De. Turismo e Sociedade. MACEDO, A. P. De.; OLIVEIRA, M. A. S. A. de. (Organizadoras). Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

MACHADO, D. P.; MORAES, M. G. S. Educação a Distância: fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino aprendizagem. São Paulo: Saraiva, 2015

MAGALHÃES, M. F. Qualidade na prestação de serviços: agregando valor às organizações. São Paulo: Senac, 2018

MAIA, E. M. M. Turismo rural na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Tijuca Boa Vista em Quixadá (CE). Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro, v. 15 n. 1., p.1-19, abr. 2015.

MATHIAS, A. L. T. Gestão Social e Participação popular. Brasília: PNAP; Recife: UPE/NEAD, 2021. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/719522. Acesso em 10 out. 2024.

MATTOS Marcelo B. Classes Sociais e Luta de Classes: a atualidade de um debate conceitual. Revista em Pauta, n. 20, Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

MENDONÇA, T. C. M. Turismo e participação comunitária: 'Prainha do Canto Verde, a "Canoa" que não quebrou e a "Fonte" que não secou?'. 2004. Dissertação (Mestrado) - Programa EICOS/IP/UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2004.

MONDO, T. S. Gestão da Qualidade em Destinos e Equipamentos Turísticos. Jundiaí (SP): Paco Editorial, 2019.

MONTANARI, M. A comida como cultura. 2ª Edição padrão 3. Editora SENAC São Paulo, 2008. ISBN: 8539603705

MONTAÑO, C. Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social / Carlos Montaño. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 288 p

MORAES, E. A.; IRVING, M. de A.; PEDRO, R. M. L. R.; LIMA, M. do C. Vozes da Rede Cearense de Turismo Comunitário: Atores, Estratégias e Associações. Revista Latino-Americana de Turismologia - RELAT, Juiz de Fora (Brasil), v. 10, n. Especial, p. 1-14, jan./dez. 2024.

MOTA, K. C. N. Marketing turístico. Fortaleza: UAB/IFCE, 2011.

MULLER, C. B. Direito dos povos e comunidades tradicionais. Salvador: UFBA, Faculdade de Direito; Superintendência da Educação a Distância, 2024. http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/743438

MULLER, R. Planejamento e organização do turismo. Mullher, R.; Da Silva, r. b. s. Indaial: Uniasselvi, 2011. Disponivel em:

https://www.uniasselvi.com.br/extranet/layout/request/trilha/materiais/livro/livro.php?codigo=13452. Acesso em: 12 nov. 2024.

NASCIMENTO, L. F. Gestão ambiental e sustentabilidade. 4 ed. Rev. Atua. E ampliada, Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasilia: CAPES: UAB, 2016.

NOGUEIRA, H. G. P. Empreendedorismo e oficina de negócios. V. 1, Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. Disponível em: https://canal.cecierj.edu.br/recurso/6425. Acesso em: 10 set. 2024.

OLIVEIRA, E. M. Empreendedorismo social: da teoria à prática, do sonho à realidade: ferramentas e estratégias / Edson Marques Oliveira. 8.ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008. 240 p.

OLIVEIRA, José Carlos de. Didática e Educação de surdos. Paraná: Unicentro, 2015. Disponível em: http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/123456789/950/5/DID%C3%81TICA%20E%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20DE%20SURDOS.pdf . Acesso em: 25 abr. 2022.

PACHECO, C. S. A; DE LIMA ELIAS, L. M. S. Planejamento do Turismo Comunitário: estudo de caso nas ilhas do município de Ananindeua (PA). Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur), v. 13, n. 2, 2020.

PACHECO, J. T. R.; KAWANISHI, R. N. Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Ponta Grossa, Paraná: Atena Editora, 2019.

PALHETA, João Márcio; SILVA, Christian Nunes da. (Org.) Pesca e territorialidades: contribuições para análise espacial da atividade pesqueira. Belém: GAPTA/UFPA, 2011. v. 1. 240p .

PEREIRA, J. R.; CANÇADO, A. C.; SILVA JR., J. T.; RIGO, A. S. Gestão Social e Gestão Pública: Interfaces e Delimitações. Lavras: Ed. UFLA, 2011.

PEREIRO, X.; FERNANDES, F. Antropologia e Turismo: Teorias, métodos e praxis. PASOS, RTPC, 496 p., 2018. Disponível em: https://www.pasosonline.org/Publicados/pasosoedita/PSEdita20.pdf. Acesso em 12 nov. 2024.

PERES, S. A Política da Identidade: Associativismo e Movimento Indígena no Rio Negro. Manaus: Editora Valer, 2013.

PHILLIPI-Jr, A; RUSCHMANN, D. V. M. Gestão Ambiental e Sustentabilidade no Turismo. São Paulo: Manole, 1a edição, 2009.

PINTO, D. R. G. Fenomenologia do turismo. Fortaleza: IFCE/UAB, 2010. Disponível em: http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/206543. Acesso em: 12 out. 2024.

POWERS, T.; BARROWS, C. W. Administração no setor de hospitalidade: turismo, hotelaria, restaurante. São Paulo: Atlas, 2004.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Editora Feevale, 2013.

PRONOVOST, G. Introdução à sociologia do lazer. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.

PROST, Catherine; SILVA, Catia Antonia (Orgs.). Espaços Costeiros Brasileiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016. v. 1. 121p.

PUCCINI, E. C. Matemática financeira e análise de investimento. 2. Ed. Reimp. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, Brasilia: CAPES: UAB, 2012.

QUADROS, Ronice Müller de. Educação de surdos: aquisição da linguagem. Porto Alegre: ArtMed, 2008. Recurso eletrônico.

RAMOS, A. R. A.; DA SILVA FERKO, G. P. Turismo em terras indígenas: legislação e direitos humanos. RITUR-Revista Iberoamericana de Turismo, v. 8, n. 2, p. 127-142, 2018. Disponível em: https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/4531. Acesso em: 12 nov. 2024.

REIS, R. C. Os Tradicionais: saúde e nutrição dos indígenas. Editora Baraúna. 2014.

RIBEIRO, B. G.; LIMA, M. R.; PAZ, A. S. dos S. O Turismo Comunitário como uma Ferramenta de Resistência na Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde. In: Anais do XIII Seminário de Pesquisa e XIV Encontro de Iniciação Científica do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Brasília, DF, 2022, p. 157.

RICHARDSON, R. J.; Colaboradores. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

RUA, M. G. Políticas públicas. 3 ed., rev. Atua., Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, Brasília: CAPES: UAB, 2014.

SALOMON, D. V. Como fazer uma monografia. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SAMPAIO, C. A. C.; FERNANDES, V.; PHILIPPI JR, A. A. Metodogias PEC & SiGOS: planejamento e gestão de turismo comunitário sustentável. Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo. Barueri: Manole, p. 151-171, 2010.

SANTANA FILHO, D. M. De. Espaço humano e o espaço do cidadão. SANTANA FILHO, D. M. De; De Souza, E. B. (Org.). Salvador: UFBA; Faculdade de Direito; Superintendência da Educação a Distância, 2024.

SANTOS, M. T. Dos. Fundamentos de turismo e hospitalidade. Manaus: Centro de Educação Tecnológica do Amazonas, 2010.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. Cortez editora, 2017.

SILVA, Catia Antonia. Política pública e território: desafios para efetivação de direitos dos pescadores artesanais no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro. Editora Consequência, 2015. 125p.

SILVA, K. C. de; LOPES, D. C. De. Introdução a EAD. Mossoró: EduFERSA, 2014.

SINGER, P. Introdução à Economia Solidária. São Paulo, 2002. Fundação Perseu Abramo.

SOUZA, M. J. de. Políticas públicas e o lugar do turismo. Brasília: UNB, 2002

STEINBERGER, M. Território, ambiente e políticas públicas especiais. Editora LGE, Edição português, 2006. ISBN: 8572382496

TAKO, Karine Vaccaro; KAMEO, Simone Yuriko (organização). Metodologia da pesquisa científica: dos conceitos teóricos à construção do projeto de pesquisa. Campina Grande: Editora Amplla, 2023. 70 p.

TASSO, J. P. F.; MOESCH, M. M.; NÓBREGA, W. M. Reincorporação da Ética às Políticas Públicas de Turismo: uma necessária reflexão no combate às consequências do Covid-19. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, v. 15, n. 1, p. 2141, 2021. disponível em https://www.scielo.br/j/rbtur/a/s7YXVtfQ9Sfw8ZJTfskGBmk/?lang=pt

TRENTIN, F.; GODOY, K. E. Ética e Turismo. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, v.1, 2010. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/191580. Acesso em: 10 out. 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ (UECE). Sistema de Bibliotecas. Guia de normalização de trabalhos acadêmicos. Organizadores: Ana Neri Barreto de Amorim, Cicero Davi Rodrigues da Paixão, Tainá Oliveira Silva Santos e Thelma Marylandia Silva de Melo. 3 ed. [recurso eletrônico]. Fortaleza, CE, 2020.

VALLEN, G. K. Check-in, check-out: gestão e prestação de serviços em hotelaria. 6ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

VIDAL, E. M.; MAIA, J. E. B. Introdução à educação a distância. Fortaleza: RDS, 2010.

VIEIRA, E. V. Qualidade em Serviços Hoteleiros: a Satisfação do Cliente é Função de Todos. Caxias do Sul (RS): Educs, 2004.

WILSON, E. O. (org.). 1997. Biodiversidade. Ed. Nova Fronteira. 657p

ZANELLA, L. C. Manual de organização de eventos: planejamento e operacionalização. São Paulo: Atlas, 2008.

25 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. Diretrizes Curriculares: delineando novos paradigmas. **Revista de Ensino de Engenharia** (ABENG), 1998.

COSTA, Marly de Abreu. Programa UERJ de Formação de Professores para o Ensino Básico: Os Cursos de Licenciatura em Questão. In: SOUZA, Donaldo Bello de & FERREIRA, Rodolfo. (orgs.). **Bacharel ou Professor?** O Processo de Reestruturação dos Cursos de Formação de Professores no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Quartet, 2000.

VALLE, Bertha de Borja Reis do. Formação de Professores no Brasil: perspectivas para os próximos anos. In: SOUZA, Donaldo Bello de & FERREIRA, Rodolfo. (orgs.). **Bacharel ou Professor?** O Processo de Reestruturação dos Cursos de Formação de Professores no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Quartet, 2000.

Lei 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); disponível em: http://portal.mec.gov.br; acessado em 18/11/2019;

Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004; disponível em: http://inep.gov.br/sinaes; acessado em 18/11/2019;

Lei Nacional de Estágio, Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008; disponível em: http://portal.mec.gov.br; acessado em 18/11/2019;

Lei Estadual nº 16.197/2017; disponível em: http://www.ce.gov.br; acessado em 18/11/2019;

Resolução de nº 742-94, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE; disponível em: http://www.uece.br/resoluções; acessado em 18/11/2019;

Resolução nº 3451/2012 - CEPE, de 27 de abril de 2012; disponível em: www.uece.br/resoluções; acessado em 18/11/2019;

Resolução CEE n° 439-2012 credenciamento e recredenciamento das universidades do Sistema Estadual de Ensino; disponível em: https://www.cee.ce.gov.br; acessado em 18/11/2019;

Resolução nº 3560/2013 - CEPE, de 02 de setembro de 2013; disponível em: https://www.uece.br/resoluções; acessado em 18/11/2019;

Resolução nº 3907/2015 - CEPE, de 23 de outubro de 2015; disponível em: https://www.uece.br/resoluções; acessado em 18/11/2019;

Resolução CNE nº 7, de 18 de dezembro de 2018 Curricularização da Extensão; disponível em: http://portal.mec.gov.br; acessado em 18/11/2019;

Resolução nº 4309/2018 - CEPE, de 08 de outubro de 2018; disponível em: https://www.uece.br/resoluções; acessado em 18/11/2019;

Resolução nº 4363/2019 - CEPE, de 04 de fevereiro de 2019; disponível em: https://www.uece.br/resoluções; acessado em 18/11/2019;

Portaria nº 1.428, de 28 de dezembro de 2018; disponível em: http://portal.mec.gov.br; acessado em 18/11/2019;